



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MULHERES EM FOCO: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS EM 2010**

LUCELIA BORGES

**MARINGÁ
2012**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MULHERES EM FOCO: UMA ANÁLISE DAS
ELEIÇÕES BRASILEIRAS EM 2010**

LUCELIA BORGES

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mulheres em foco: uma análise das eleições presidenciais
brasileiras em 2010**

Dissertação APRESENTADA POR Lucelia Borges,
Ao Programa de Pós - Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Maringá
como um dos requisitos para a obtenção do título
de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas
Públicas.

Orientador(a):

Prof^a. Dr^a.: Simone Pereira da Costa Dourado

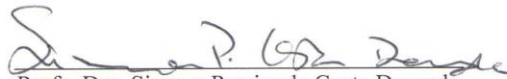
**MARINGÁ
2012**

LUCELIA BORGES

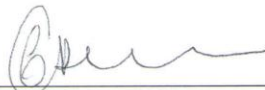
**MULHERES EM FOCO: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS
BRASILEIRAS EM 2010**

Aprovada em **18 de maio de 2012.**

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado
Orientadora
UEM



Profª. Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida
Membro
UEM



Profª. Dra. Márcia Stengel
Membro convidado
PUC/MG

Dedico esta dissertação

À minha família, pelo apoio, paciência e incentivo. E a Deus.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos/as aqueles/as que de alguma forma doaram um pouco de si para a realização deste trabalho. Estes dois anos de mestrado foram marcados por um intenso aprendizado científico e pessoal. As experiências pelas quais passei neste período serviram para movimentar qualquer coisa dentro de mim, que por certo não se findou com o término desta dissertação.

Acredito que, independente de como denominamos nossa fé, ela nos ajuda a prosseguir e acreditar que é possível realizar projetos e sonhos, portanto agradeço a Deus pela força que despertou em mim quando nem eu mesma acreditava que seria capaz de concluir este trabalho.

Agradeço aos meus pais pelo amor sem medidas, afinal, sem a dedicação e incentivo deles, jamais teria possibilidades de concluir mais esta etapa em minha vida. Ao meu irmão, pela paciência diante das minhas impaciências. À minha orientadora Dra. Simone da Costa Pereira Dourado, pela paciência e dedicação, pelo auxílio e disponibilidade de tempo e de material, por acreditar neste trabalho e por se mostrar tão humana diante das adversidades enfrentadas por mim neste período. A uma pessoa especialíssima, que tem sido meu companheiro/amigo, Wilson Júnior, por ser um dos meus maiores incentivadores, acreditando sempre no meu potencial. Aos/às colegas de mestrado, que ao emprestarem seus ouvidos e seu tempo para fazerem apontamentos e contribuições enriqueceram este trabalho, à Renata Rodrigues, amiga que trago como herança da graduação e que me deu todo apoio e ajuda no processo de seleção. Aos/às amigos/as que trouxeram alento nos momentos de angústia, Tânia Mara Sotti, Rodrigo Pedro Casteleira, e Andréia Strazzi, que foram pessoas importantíssimas, não me deixando desanimar diante das adversidades.

Aos professores/as e funcionários/as do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Aos/às integrantes do *projeto Cultura política, gênero e eleições* pela disponibilidade e pelo fornecimento do material para minha análise. Aos/às participantes dos grupos focais do referido projeto, pela disposição em empreender discussões sobre aspectos de seu cotidiano e de suas vivências sociais, dando possibilidades para a realização desta e de outras pesquisas.

À Dra. Celene Tonela, pela dedicação de tempo na leitura do material para qualificação e por seus apontamentos que vieram enriquecer meu trabalho. À Dra.

Carla Cecília Rodrigues Almeida por sua contribuição durante as reuniões e discussões empreendidas durante a confecção desta dissertação e em sua conclusão. À Dra. Márcia Stengel pela atenção na leitura deste trabalho e pela gentileza em suas observações, que trouxeram contribuições imprescindíveis para a conclusão deste.

E à CAPES, pela bolsa de mestrado.

BORGES, Lucelia. Mulheres em foco: uma análise das eleições brasileiras em 2010. 80 f. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a Dr^a Simone Pereira da Costa Dourado. Maringá, 2012.

RESUMO

O objeto de pesquisa dessa dissertação é o fenômeno da sub-representação feminina no sistema político brasileiro. A discussão sobre o tema gênero, ganhou novo fôlego no país em decorrência da última eleição presidencial, que contou com a presença de duas candidatas com chances de êxito. Considerando este período eleitoral como um período rico em produção de materiais para análise e discussões acerca do tema da sub-representação de grupos, reflito sobre a desigualdade referente ao acesso e êxito do exercício do poder entre homens e mulheres. Empreendo uma análise das concepções expressas pelos indivíduos sobre o tema da sub-representação feminina durante as discussões propostas pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições* em andamento na Universidade Estadual de Maringá, que, durante o período eleitoral de 2010, organizou grupos focais com eleitores maringaenses com o objetivo central de discutir a participação das mulheres no mundo da política.

Palavras-chave: Sub-representação feminina, gênero, política, eleições.

BORGES. Lucelia. Women in evidence: na analysis of brazilian elections in 2010. 80f. Master's thesis. Graduate Studies in Social Sciences. State University of Maringá. Advisor: Prof. Dr. Simone Pereira da Costa Dourado. Maringá, 2012.

ABSTRACT

The research object of this dissertation is the feminine subrepresentation phenomenon in the institutionalized politic system in Brazil. The discussion about the genre theme has been aroused in the country on account of the last presidential election, which has counted on two candidates, both with great chances of winning. Considering the election period a rich period of materials production for analysis and discussions on the group subrepresentation theme, it has been thought about the inequality related to the access and success in the exercise of the power between men and women. It is undertaken an analysis of express conceptions by the individuals about the feminine subrepresentation theme during the discussions offered by *Politic Culture*, genre and elections running at State University of Maringa, which, during the election period of 2010, organized focused groups with maringaense voters with the main objective of discussing the participation of women in the politics world.

Keywords: Feminine subrepresentation, genre, politics, elections.

Sumário

Introdução.....	09
Capítulo 1	
Representação democrática e sub-representação de grupos.....	18
1.1 Discussões sobre a sub-representação feminina no Brasil	18
1.2 Representação democrática nas sociedades modernas: demandas por representação de grupos.....	26
1.3 Grupos focais: uma experiência para análise qualitativa dos processos eleitorais.....	34
Capítulo 2	
Sub-representação feminina nos espaços decisórios.....	38
2.1 Um olhar sobre a sub-representação feminina nos espaços de poder	38
2.2 Vertentes explicativas do fenômeno da sub-representação feminina.....	40
2.2.1 Público versus Privado.....	40
2.2.2 “É uma questão de cultura”.....	42
2.2.3 Constrangimentos estruturais.....	49
Capítulo 3	
Eleições presidenciais 2010: uma possibilidade de análise da sub- representação feminina na política.....	53
3.1 Processos eleitorais e a análise das eleições presidenciais de 2010: mulheres em foco.....	53
3.2 Família, família, família.....	62
3.3 “A opção nossa de cada dia”	64
3.4 “Pelo fato de ser mulher”.....	67
3.5 “Homem é homem e mulher é mulher”.....	70
Considerações finais.....	74
Referências bibliográficas.....	78

Introdução

O objeto de pesquisa dessa dissertação é o fenômeno da sub-representação feminina no sistema político brasileiro. As motivações que norteiam a realização deste trabalho estão ligadas às variadas informações que atestam a tímida presença das mulheres em espaços decisórios.

O cenário político institucional brasileiro vem, ao longo de sua história, contando com um reduzido número de mulheres participando efetivamente do sistema político. Diante desta realidade fica o questionamento sobre quais representações estão presentes no imaginário, e na prática política das pessoas e que sustenta a reduzida participação feminina na esfera política institucionalizada.

Neste sentido, considero que a reflexão realizada neste trabalho sobre a sub-representação feminina na política, pode trazer contribuições para discussões mais amplas referentes à sub-representação de grupos na política institucionalizada no Brasil. Cabe esclarecer que para realizar minha análise, utilizei os dados levantados durante o processo eleitoral de 2010, fruto de um projeto mais amplo, denominado *Cultura política, gênero e eleições*, financiado pelo CNPq, com coordenação geral da professora Carla Cecília Almeida, em andamento no âmbito do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ambos da Universidade Estadual de Maringá; que envolve três estudantes de mestrado e quinze estudantes de graduação. Integram a equipe de pesquisadores do projeto os professores Ednaldo Ribeiro e as professoras Zuleika de Paula Bueno e Simone da Costa Dourado. O referido projeto busca investigar o fenômeno da reduzida presença feminina no sistema político institucional brasileiro e os determinantes individuais e subjetivos que a sustentam.

Os dados qualitativos produzidos pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições* foram levantados a partir da combinação de técnicas de entrevista semiestruturada e grupos focais. Dos vários instrumentos utilizados, estão incluídos: a aplicação de *survey*, o acompanhamento de materiais produzidos pela mídia e programas televisivos durante o período eleitoral e a aplicação da técnica qualitativa dos grupos focais, uma técnica de pesquisa utilizada pelos pesquisadores do referido projeto, com o objetivo de gerar dados de natureza qualitativa colhidos de forma não-diretiva. No presente trabalho, restringi-me a análise das transcrições do material produzido durante as discussões dos grupos focais.

Trabalho com o material produzido no seguinte formato: transcrições feitas dos encontros de 4 grupos focais, compostos por 3 a 8 membros, selecionados a partir das seguintes variantes: sexo, faixa etária e ocupação. Os 4 grupos tiveram 3 encontros: o primeiro, após uma semana do início do programa eleitoral de rádio e televisão em primeiro turno nas eleições de 2010; o segundo, logo após a homologação dos resultados do primeiro turno e o terceiro, após o resultado final das eleições de 2010. Considerando que uma das exigências do trabalho com essa modalidade de pesquisa é a definição de algum elemento aglutinador para seus integrantes (BARBOUR, 2009), a estruturação seguiu a seguinte ordem: mulheres, elites, populares e jovens. Os integrantes dos grupos focais se constituíram em representantes de segmentos sociais que os elaboradores do projeto consideraram relevantes para a caracterização de cada grupo, todos exercendo papel de liderança, e que foram, portanto, formadores de opinião durante o processo eleitoral.

A definição daquela equipe de pesquisadores para a escolha da cidade de Maringá, localizada no norte do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil, como locus para a produção de dados em escala municipal, justifica-se com o fato do município ser o pólo de uma região metropolitana relativamente jovem, dominada pelas atividades agrícolas e pecuárias, mas com um alto grau de urbanização, um poderoso parque agroindustrial e um significativo setor terciário, características estas, que se assemelham ao perfil de muitos outros municípios do país.

Aqui cabe ressaltar a relevância dos estudos de elementos micro dentro de contextos de sociedades mais amplas, que permite explicar uma multiplicidade de representações feitas por grupos heterogêneos que compõem a sociedade. Isso não quer dizer que considero que as instituições ou grupos específicos sejam um mero reflexo ou expressão pronta e acabada da sociedade mais abrangente, mas, como aponta Goldman:

[...] o fato é que as diferentes esferas da vida social compõem a totalidade social – e não simplesmente refletem ou exprimem um todo social concebido, ao menos implicitamente, como anterior a suas manifestações específicas. (GOLDMAN, 1999, p.95)

Sendo assim, por considerar a importância dos estudos de elementos micro como uma das alternativas metodológicas para a construção de explicações do macro, é que escolhi realizar a análise dos dados levantados pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*, no que se refere ao trabalho com os grupos focais. No caso da sub-representação feminina na política, é importante a análise sobre

realidades específicas para identificar que fatores poderiam explicar no nível micro e macro social o desequilíbrio em termos de participação e poder entre homens e mulheres.

Tomando como ponto de partida este desequilíbrio entre homens e mulheres, parto da categoria gênero para analisar qualitativamente os dados levantados durante a campanha eleitoral para presidência da república do Brasil no ano de 2010. Meu interesse está na análise das falas e percepções expressas pelas mulheres que participaram dos grupos focais no que se refere à sub-representação feminina na política institucionalizada, bem como nos espaços de poder decisório. Esta é uma tentativa de compreender as concepções expressas por estas mulheres na busca por detectar o que elas elencam como causas da tímida presença feminina nos espaços de poder. Procurando ainda, verificar se existe ou não, uma perspectiva de gênero compartilhada entre as participantes dos grupos focais sobre o fenômeno da sub-representação feminina na política institucionalizada.

Antes de abordar esta temática é necessário partir da compreensão do conceito de gênero do qual me utilizo neste trabalho. Me aproprio da teorização de gênero feita por Joan Wallach Scott, em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, quando a autora afirma que:

[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder [...] o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. (SCOTT, 1995, p. 88)

Seguindo tal compreensão é preciso considerar que, de acordo com a definição de gênero proposta por Scott, há uma conexão que considera, 1) o gênero “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e 2) “como uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995). Ou seja, pertencer a um gênero implica, entre outras possibilidades, representações simbólicas e envolve conceitos normativos referentes às interpretações dos significados desses símbolos. Neste sentido, o gênero não pode, nem deve ser encarado como uma categoria fixa, mas sim que se mantém aberta à questão da identidade, sem pretensões de enquadrar pluralidades, afinal, tal enquadramento serviria para perpetuar normatizações.

O gênero refere-se às ideias culturais que constroem imagens e expectativas a respeito da masculinidade e da feminilidade (ou melhor, das masculinidades e feminilidades). Porém, não se pode permitir que a distinção entre sexo e gênero leve ao erro, ignorando que o sexo é um conjunto socialmente construído de ideias

moldadas pela cultura. Tipicamente as culturas ocidentais definem este conjunto socialmente construído de ideias em termos de dois sexos: machos e fêmeas, no entanto, existem culturas que identificam mais de duas categorias, ou seja, a importância social do sexo como um conjunto de categorias, não está numa realidade objetiva definida por uma linguagem, mas, é importante salientar que, aquilo que se entende como sexo é definido por ideias culturais.

As discussões que se travam em torno de uma definição do conceito de gênero, frequentemente geram uma sensação de problema (BUTLER, 2003), devido à falta de consenso dentro do próprio feminismo. Porém, este problema não precisa, necessariamente, ter uma conotação negativa, ele traz a possibilidade de reflexões mais aprofundadas e que enriquecem as discussões sobre o tema. Como aponta Butler, a teoria feminista presume que existe uma identidade definida,

[...] compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. (BUTLER, 2003, p. 17)

Porém, esta concepção que relaciona teoria feminista e política passou a ser questionada, tendo como pressuposto que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2003), afinal, se alguém é uma mulher, com certeza isso não é tudo que ela é. Além disso, é preciso considerar que o gênero possui intersecções com modalidades raciais, de classe, étnicas, etc. É impossível desconsiderar as intersecções sociais e culturais, das quais o gênero é produto.

Reflexões sobre a desigualdade no que se refere ao acesso e êxito no exercício do poder são importantes, pois contribuem para discussões teóricas sobre as causas e consequências da desigualdade entre os gêneros no acesso ao poder político, bem como de grupos historicamente subordinados. Acredito que este trabalho possa contribuir para discussões mais amplas sobre o fenômeno da sub-representação feminina e de grupos excluídos do poder.

Partindo do interesse no fenômeno da reduzida participação feminina nos espaços de poder decisório, não podemos ignorar que a eleição presidencial de 2010 foi um momento ímpar para a história política das mulheres no Brasil, e que gerou ricas possibilidades para levantar aspectos importantes na discussão deste fenômeno.

Ainda por considerar o pleito de 2010 de suma importância na produção de dados, convém apontar, ainda que brevemente, o conceito de “tempo da política” utilizado neste trabalho para a análise dos dados levantados pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*. Aqui me aproprio das considerações de Moacir Palmeira, que em suas pesquisas se deparou com uma concepção de política que associa política a eleições. As pessoas pareciam identificar a política, que sem dúvida trás outras acepções, com o período eleitoral, mas não se restringindo a ele, não constituindo uma “tradução perfeita”, como diria Palmeira (2001, p.173). Neste sentido, o tempo da política, do qual trata o autor, remete à uma certa maneira que as pessoas tem de representar a estrutura social e não apenas uma subdivisão de um calendário. Assim sendo, Palmeira afirma que:

A ordem social não é percebida em termos orgânicos ou mecânicos, que é como ela foi naturalizada pelo senso comum intelectual, mas em termos de adequação de comportamentos a determinadas finalidades postas em um certo momento [...] o tempo da política é adequado para a explicitação de certos conflitos que em outros tempos seriam profundamente desagregadores. (PALMEIRA, 2001, p. 173)

Ao me utilizar da noção de tempo da política, assim elaborado, analiso as representações que as mulheres expressaram sobre a sub-representação feminina durante o período eleitoral, acreditando que com o uso de tal noção perceberei melhor certas regularidades sociais que não se configuram necessariamente como um tempo compreendido de forma mais convencional, ou seja, ligado à datação. Mas, como “uma daquelas situações em que a sociedade se mostra a si mesma” (PALMEIRA, 2001, p.175).

Considerando as condições de sub-representação e de subalternidade nas quais as mulheres ainda se encontram em muitos aspectos, é essencial analisar momentos como o que ocorreu nas eleições presidenciais de 2010, quando tivemos a participação de duas mulheres candidatas à presidência da república com reais chances de êxito. Afinal, tanto o momento por si só, quanto sua singularidade para a história política do Brasil, bem como para a história das mulheres brasileiras, proporciona maior visibilidade de mecanismos sociais que colocam em movimento uma certa maneira de viver e de ver o mundo.

De acordo com Young (2006), as mulheres por ocuparem entre si um mesmo posicionamento social, no que se refere às questões ligadas ao gênero, compartilham uma perspectiva comum, relacionada à percepção da limitada

presença feminina nos espaços de poder. Ou seja, a maneira de perceber e expressar o fenômeno da sub-representação feminina pode trazer traços comuns entre as mulheres, pelo fato delas compartilharem uma vivência de gênero.

Para além da análise das concepções expressas pelas mulheres como causas da reduzida presença feminina nos espaços decisórios, a pretensão aqui é ultrapassar os limites dos grupos focais que foram estruturados por afinidades de ocupação, gênero e geração, buscando as falas femininas em todos os quatro grupos. Ao proceder dessa forma, não vou deixar de respeitar o contexto das discussões em cada grupo. Ainda com o objetivo de analisar os dados levantados durante o processo eleitoral de 2010, busco identificar a existência de diferenças e concordâncias nos interesses e opiniões expressas durante o período eleitoral, que apontem, ou não, para a existência de uma perspectiva comum que seja compartilhada por indivíduos diante de questões semelhantes. Ou seja, busco também verificar se existe ou não, uma perspectiva que seja minimamente compartilhada por indivíduos em posições semelhantes, neste caso um posicionamento de gênero. Não esquecendo de levar em consideração que as participantes, mesmo ocupando posições semelhantes entre si, pertencem a vários lugares na sociedade, elas são jovens, trabalhadoras e integram diversos grupos sociais.

Assim, a importância da discussão sobre a sub-representação feminina na política está no fato de que a exclusão ou marginalização de grupos “frustra as promessas de igualdade política e de oportunidades que estão na base dos princípios democráticos.” (YOUNG, 2006, p. 170). Investigar as motivações que estão na base deste fenômeno é de suma importância para discussões sobre a sub-representação de grupos e indivíduos, pois contribui para análises e discussões baseadas nas ideias e interpretações que os indivíduos têm sobre política e representação. Portanto, detectar quais fatores são percebidos pelas mulheres como base para o fenômeno da sub-representação nos fornece material para pensar a representação política nas democracias modernas, que tem seu fundamento no direito dos cidadãos de participarem dos assuntos de interesse coletivo a partir do voto, garantindo a plena igualdade de todos os cidadãos, dos direitos sociais e trabalhistas e a equivalência dos sexos. Porém, o que temos são democracias modernas continuando a reproduzir desigualdades de gênero, raça e etnia, sendo preciso garantir a efetiva participação dos grupos historicamente excluídos do poder

nos espaços decisórios, na tentativa de reverter este quadro. Neste sentido me aproprio do argumento de Young, que nos diz que:

[...] a democracia política formal tende a reproduzir a desigualdade social. Propiciar maior inclusão e influência aos grupos sociais subrepresentados pode contribuir para que uma sociedade enfrente e reduza a desigualdade social estrutural. (YOUNG, 2006, p. 170)

Sem uma reflexão mais profunda sobre a subrepresentação de grupos fica difícil, senão impossível, que a sociedade consiga romper com o processo que torna a democracia formal um instrumento de reprodução das desigualdades sociais. Em outras palavras, ao manter a democracia como um sistema meramente formal, sem a devida participação dos cidadãos na elaboração das políticas implementadas pelo Estado, restringimos a vivência democrática aos discursos sobre direitos ou simplesmente ao jogo da democracia representativa, cada vez mais associada a dinâmica dos partidos políticos e do processo eleitoral em si.

A exclusão das mulheres da esfera da política institucionalizada, ou pelo menos sua segregação em ocupações tidas como de menor prestígio, remete à separação dos espaços público e privado associados ao masculino e ao feminino respectivamente, o que resulta numa desigual distribuição de oportunidades e de participação entre os gêneros no que se refere ao acesso e êxito no poder. Como argumenta Maria Markus:

A exclusão do domínio do público (mesmo que "apenas" em princípio) e a exclusiva atribuição ao "privado" sempre implica privação; privação de acesso aos recursos públicos, de influência em decisões públicas, de participação na distribuição do reconhecimento público... (MARKUS, 1987, p. 115)

O gênero é um fator que delimita a atuação dos indivíduos dentro de um determinado campo. No caso da política, o gênero se mostra um fator que limita a participação efetiva das mulheres, o que pode ser percebido quando nos deparamos com a reduzida presença de mulheres em cargos públicos, ou naqueles que concentram certo poder decisório. Neste caso o gênero é utilizado como um fator que determina as chances de acesso e êxito no exercício do poder. Sendo necessárias a análise e a discussão do fenômeno da sub-representação feminina na política partindo do pressuposto de que este fenômeno é multicausal.

Passo, agora, a uma breve explanação sobre o que trato em cada capítulo deste trabalho. No primeiro capítulo, *Representação democrática e sub-representação de grupos*, apresento uma breve explanação sobre a história recente que envolve a sub-representação no Brasil, considerando a singularidade das

eleições para a presidência da república no ano de 2010, que contou com a presença de duas candidatas com reais chances de vitória. Abordo também, a noção de representação nas democracias modernas e a noção de perspectiva, desenvolvidos por Young (2006). Noções, a meu ver, essenciais para pensar a sub-representação de grupos e das quais me utilizo nesta pesquisa por considerar que as demandas por representação especial de grupos podem constituir um importante instrumento de luta para a inclusão política. Ao longo deste capítulo faço breves considerações sobre política e representação, baseadas nas análises daquilo que foi expresso pelos/as participantes dos grupos focais durante o período eleitoral. Realizo também, considerações sobre o comportamento de grupos e indivíduos nas formas de participação política, partindo do entendimento de que os indivíduos avaliam questões políticas com base em seu cotidiano, em suas experiências sociais, levando em consideração também seu posicionamento nos grupos sociais dos quais fazem parte. No caso da pesquisa ora realizada, convém ressaltar a importância de um subitem metodológico que exponha a técnica de grupos focais e sua importância para a análise do objeto escolhido, o fenômeno da sub-representação feminina no sistema político brasileiro. Considero este subitem relevante, também, porque o uso da técnica de pesquisa com grupos focais é relativamente nova no âmbito das ciências sociais, sendo pouco utilizada em pesquisas sobre comportamentos políticos e eleitorais.

No segundo capítulo, *Sub-representação feminina nos espaços decisórios*, trato de algumas vertentes explicativas do fenômeno da sub-representação feminina, já desenvolvidas por Luiz Felipe Miguel e Flávia Birolli (2010). Entre as várias vertentes teóricas que buscam compreender a sub-representação feminina nos espaços de poder, Miguel e Birolli (2010, p. 253) elencam três vertentes: uma vertente que dá ênfase ao caráter patriarcal das instituições políticas liberais, expressa na dualidade entre público e privado; outra que aponta os padrões culturais e de socialização como responsáveis pelo processo de construção do político como espaço masculino, inibindo a participação das mulheres; e por fim, uma terceira vertente que se refere aos constrangimentos estruturais à participação política das mulheres.

No terceiro capítulo, *Eleições presidenciais 2010: uma possibilidade de análise da sub-representação feminina na política*, construo a análise dos dados levantados durante o período eleitoral do ano de 2010, tendo como base o material

produzido pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*, considerando o período das eleições como um processo que não se limita ao dia da eleição, mas que envolve todo um preparo para este dia. Como argumenta Palmeira

[...] parece estar em jogo menos uma concepção qualquer de tempo como o representamos habitualmente, linear ou cíclico, cumulativo ou não-cumulativo, e mais uma certa maneira de a população recortar/representar a estrutura social. Trata-se menos de estabelecer um desenho qualquer de temporalidade e mais de descrever ou de postular um conjunto de atividades adequadas a um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento. (PALMEIRA, 2001, p. 172)

Considerarei o período eleitoral, e não apenas a eleição, pois a análise não se limita ao dia do voto, ou ao voto em si, mas ao processo de construção desse voto. É um tempo próprio para desempenhar atividades consideradas importantes pela sociedade. Por isso, os debates realizados nos grupos focais, durante o período eleitoral, foi de extrema importância para mostrar as opiniões que foram se formando ao longo do tempo.

E por fim, minhas considerações finais, onde trago um apanhado geral feito por meio da leitura das transcrições das discussões propostas nos grupos focais, sobre os fatores detectados como delimitadores da atuação das mulheres na vida pública.

A sub-representação de grupos sociais menos privilegiados é uma realidade dentro do sistema político institucionalizado. Como nos mostra Young:

[...]as mulheres, dentro da política ocupam uma pequena proporção dos cargos públicos eleitos, bem como estão relativamente pouco presentes nas posições de poder e influência na vida pública e privada de modo geral. (YOUNG, 2006, p.169)

Esta situação nos mostra que muitos grupos sociais carecem de voz política, o que caracteriza uma exclusão incorreta, pois desconsidera os princípios democráticos que se referem à igualdade política e de oportunidades.

Analisar os significados das concepções que podem ter surgido durante o período de eleições para presidência da república e seus reflexos nos valores e atitudes dos/as eleitores/as é fundamental para compreender os obstáculos enfrentados pelas mulheres para transpor o mundo privado e entrar no mundo da política, e para compreender as expectativas presentes quanto à atuação feminina no campo da política entre diferentes grupos presentes na sociedade.

Capítulo 1

Representação democrática e sub-representação de grupos

1.1 Discussões sobre a sub-representação feminina no Brasil

A participação das mulheres na política institucionalizada no Brasil é limitada e encontra vários obstáculos a serem superados para que ela se efetive com certo grau de equidade entre os gêneros, principalmente, quando o que está em questão é o acesso ao poder.

Considerando a participação das mulheres nas eleições no Brasil, percebemos oscilações consideráveis que expressam a incapacidade do atual sistema eleitoral em atender às mais variadas demandas de grupos socialmente excluídos do poder. Tanto a legislação eleitoral quanto o sistema político como um todo, não favorecem a participação das mulheres¹. Apesar do sistema de cotas², obrigatório há mais de 15 anos e que garante uma porcentagem mínima de 30% de mulheres candidatas, apenas em 2012 começamos a ter mecanismos de punição ao descumprimento desta medida, além disso, ainda hoje, não há qualquer estratégia para que as mulheres obtenham, efetivamente, êxito nos processos eleitorais. A Lei 9.504/97, que reserva um percentual mínimo de 30% das vagas nas listas eleitorais ao sexo minoritário em eleições proporcionais, existe desde 1997, porém ainda existem diversas dificuldades e muita resistência para que esta lei se faça cumprir. O que não diminui sua relevância na luta das mulheres pela conquista de espaço na esfera da política institucionalizada.

No Brasil o sistema de cotas foi aprovado, inicialmente, na Lei Eleitoral de 1995 para funcionamento nas eleições municipais de 1996, o que motivou uma grande campanha nacional para a participação das mulheres nas eleições com o slogan “Mulheres Sem Medo do Poder”. O dispositivo reservava 20% das vagas de candidaturas nas eleições proporcionais para as mulheres. Este dispositivo foi revisado na Lei Eleitoral de 1997, para as eleições subseqüentes, passando a adotar uma perspectiva universal: a reserva de no mínimo 30 e no máximo 70% das vagas

¹ Não apenas as mulheres se encontram sub-representadas, mas grupos étnicos e negros, também. Nas eleições de 2010, dos 513 deputados eleitos, apenas 43 são negros (as) e apenas dois dos 54 senadores eleitos se auto-declararam afrodescendentes, de acordo com os dados do TSE.

² Lei 9.504/97, que em seu parágrafo terceiro, artigo 10, dispõe sobre a reserva de vagas de candidaturas para cada sexo nos partidos.

de candidaturas para ambos os sexos. Este novo dispositivo significou um avanço com a adoção de uma política universal de redistribuição das oportunidades de acesso a posições de poder.

Reconhecemos que a adoção do sistema de cotas por sexo na política estimula debates, bem como favorece a conscientização a respeito da sub-representação feminina. Além disso, abre efetivamente oportunidades de participação para as mulheres. No entanto, apenas a aplicação das cotas sem nenhuma punição ao descumprimento das mesmas, como ocorria ainda no pleito de 2010, e sem estratégias efetivas para a participação e êxito feminino na política, mostrou-se insuficiente para desencadear mudanças substantivas no cenário político brasileiro no que se refere à uma participação mais equitativa dos gêneros.

Mesmo considerando o reduzido tempo de implantação dessa medida no Brasil evidencia-se, cada vez mais fortemente, a necessidade de adoção de um conjunto de ações que possam acelerar a promoção da participação e da representação política das mulheres.

De acordo com o *site* CFEMEA:

[...] houve uma queda substantiva na proporção entre candidaturas femininas e mulheres eleitas, que caiu à metade [em 2010]. Essa proporção, que em 1994 foi de mais de 17%, encontrava-se em uma média de 8% nas duas últimas eleições nacionais e sofreu uma queda para 4,7%, enquanto que a taxa de sucesso masculina permaneceu em 11%.³

A desproporcionalidade da representação política entre homens e mulheres pode ser constatada ao se considerar que, nas eleições de 2010, mais de 50% do eleitorado era composto por mulheres, e que, no entanto, quase 80% dos candidatos eleitos são do sexo masculino. Além disso, o sistema de cotas, que teria como intuito garantir a representatividade política de pelo menos 30% do sexo menos representado ainda não havia alcançado seu propósito, pois pouco mais de 22% das candidaturas foram de mulheres. Este processo revela a falta de incentivo dos partidos à participação política das mulheres na competição eleitoral, demonstrando resistência à inserção política das mulheres na política institucionalizada, o que reduz as chances das mulheres adentrarem nas esferas de poder político. Apesar dos partidos políticos contarem com a presença feminina em suas legendas, não existem estímulos e investimentos necessários para incentivar o interesse e

³ Em < http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2851:eleicoes-2010-as-mulheres-pagam-o-pato&catid=375:numero-167-outubronovembrodezembro-de-2010&Itemid=129>. Acesso em: 17 de junho de 2011.

participação das mulheres, o que compromete o êxito das candidaturas femininas. Esta é mais uma, das diversas situações que contribuem para a perpetuação da sub-representação feminina na política institucionalizada.

Vale ressaltar que este fenômeno não é exclusividade do Brasil, em 2008 havia apenas 18,2% de mulheres legisladoras no mundo. Retomando alguns processos eleitorais recentes, tem-se que nas eleições de 2004 as mulheres tiveram um aumento na posição de prefeitas, porém, mantiveram suas posições como eleitas para os demais cargos, fato que só é possível ser compreendido se levarmos em conta fatores como o processo eleitoral brasileiro e as condições desfavoráveis de competição entre homens e mulheres.

Em 2008, houve no Brasil, uma diminuição de mulheres eleitas e um crescimento no número de homens eleitos em relação às eleições de 2004. Desde 2000, o número absoluto de mulheres eleitas vem decaindo, ao passo que o mesmo só aconteceu para os homens de 2000 para 2004, e mesmo esta queda, se deve à redução que houve no número de cadeiras nas Câmaras Legislativas⁴. As mulheres vêm se candidatando cada vez mais, mesmo assim, apenas uma pequena parcela tem sido eleita, tal situação expressa as dificuldades do eleitorado votar em mulheres. Estas dificuldades podem ter como uma das causas, o fato de que as campanhas das candidatas, no geral, são menos expressivas e abrangentes em certos aspectos, afinal elas contam com menos recursos financeiros, poucas articulações e apoios políticos, e com dificuldades para uma dedicação exclusiva e integral. Nas eleições de 2008 tivemos um aumento considerável no que se refere ao cargo de prefeita, eleição majoritária que não é contemplada pelo sistema de cota, porém, neste mesmo ano, houve um decréscimo para os cargos legislativos (vereador/a). Este fenômeno aponta para a existência de um problema existente na época, que se refere à aplicação e falta de eficácia das cotas de 30% para as mulheres nas listas de candidaturas. Em alguns aspectos o sistema de cotas parece se restringir mais ao discurso do que à prática efetiva. Em relação às últimas eleições, o *síte* CFEMEA aponta que:

Houve uma elevação acentuada do número de candidatas a deputadas estaduais e federais por causa da obrigatoriedade das cotas e, ao mesmo tempo, um decréscimo nas candidaturas masculinas. Porém, a ausência de sanção ao descumprimento da medida juntamente com a ausência de qualquer estratégia de

⁴ O número de cadeiras diminuiu em mais de 8.000, intensificando a competição entre os/as candidatos/as.

empoderamento das mulheres em seus próprios partidos fez com que, dessa vez, houvesse uma queda substantiva na proporção de candidaturas femininas e mulheres eleitas, que caiu à metade.⁵

A falta de incentivo dos partidos às candidaturas de mulheres, nos mostra que há uma correlação de forças e uma disputa por espaços de poder entre homens e mulheres que se reproduz no campo da política institucionalizada, afinal, cada vaga que se abre a uma mulher implica a redução da participação masculina. Porém, mesmo considerando esta situação, a participação das mulheres na esfera política vêm crescendo e se consolidando.

O Partido dos Trabalhadores (PT), que elegeu a primeira presidente mulher da história do Brasil, possuindo uma acentuada e expressiva participação feminina, é um exemplo da resistência dos partidos políticos em relação à abertura de espaço para a atuação de mulheres, inclusive dentro do próprio partido. O PT foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, desde então nunca contou com uma presidente, sempre foi dirigido por homens. Seus presidentes foram: Luiz Inácio Lula da Silva (1980-1994) e como presidente de honra de 1992 até o dia 31 de dezembro de 2002 e, de 10 de fevereiro de 2011 até hoje); Rui Falcão (1994); José Dirceu (1995-2002); José Genoíno (2002-2005); Tarso Genro (2005, interino); Ricardo Berzoini (setembro de 2005 a 6 de outubro de 2006); Marco Aurélio Garcia (6 de outubro de 2006 a 2 de janeiro de 2007, interino); Ricardo Berzoini (2 de janeiro de 2007 a 2010) Ricardo José Dutra (2010-2011); Rui Falcão (desde 2011). É preciso considerar que, apesar da ausência de mulheres na direção do Partido dos Trabalhadores, tivemos e ainda temos várias figuras femininas que vêm se destacando na política nacional e na história do PT, como Maria Luíza Fontenele, que conquistou a prefeitura de Fortaleza em 1985; Luiza Erundina, que se elegeu em 1988 para governar a cidade de São Paulo, maior cidade da Brasil; Marina Silva que também concorreu à presidência da república em 2010 pelo Partido Verde (PV) e que figurou na história do PT como um nome de importância e prestígio pela sua atuação, se elegendo como senadora pelo Acre em 1994 com uma atuante trajetória política desde então e; Heloisa Helena, senadora pelo PT e depois candidata à presidência pelo PSOL – enfrentou as elites, inclusive a oligárquica, de Alagoas.

⁵ Em < http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2851:eleicoes-2010-as-mulheres-pagam-o-pato&catid=375:numero-167-outubronovembrodezembro-de-2010&Itemid=129>. Acesso em: 17 de junho de 2011.

Mesmo considerando a existência de outras mulheres do PT que atuaram e ainda atuam na vida política no Brasil, é inegável a situação de sub-representação feminina que é reproduzida também, dentro do partido que elegeu a primeira mulher presidente de nossa história, o que demonstra a dificuldade e resistência dos partidos políticos para se abrirem à participação feminina.

Em 2010 as mulheres eram 51,8% do eleitorado, ou seja, mais de 70 milhões de mulheres compunham o eleitorado brasileiro. Mesmo diante destes números, constatamos que o direito de ser votada ainda não é exercido inteiramente. As eleições de 2010 demonstram isto quando analisamos os dados das candidaturas femininas: dos 22.555 registros de candidaturas apresentados, apenas 22,4% representam candidatas mulheres⁶. Para a Presidência tivemos 9 concorrentes, sendo 2 mulheres. Para os governos estaduais tivemos 163 candidatos/as aptos, destes 18 foram mulheres. Já no Senado houve 32 mulheres concorrendo, num total de 241 candidatos/as. E na Câmara, dos 6.028 registros de candidaturas, pouco mais de 22% eram candidaturas de mulheres, um índice inferior ao estipulado pela Lei 9.504/97 que determina um percentual de 30% de candidaturas femininas para os cargos proporcionais, obrigatórias desde 2009. Novamente percebemos que mesmo com todo avanço que a Lei de cotas proporcionou, no pleito de 2010 ela ainda apresentava limites a serem considerados e superados através da luta pela garantia de acesso e êxito das mulheres na política institucionalizada no Brasil. Sem que essas garantias se cumpram, a promessa de igualdade que está na base dos princípios democráticos parece frustrada.

Comparando, com base no gênero, a composição do eleitorado brasileiro desde 2000 até 2010, a porcentagem de mulheres compondo este eleitorado vem crescendo, porém, a representatividade das mulheres na política não alcança nem mesmo o mínimo de 30% estabelecido pelo sistema de cotas. Em 2000, tínhamos 55.437.428 mulheres compondo o eleitorado brasileiro, o que representava 50,48%, enquanto os homens totalizavam 54.152.464, o que nos dá 49,31% de eleitores homens. Em 2010 o percentual feminino que compunha o eleitorado continuou crescendo, com 70.373.971 de mulheres eleitoras, representado 51,82% do eleitorado, e os homens com 65.282.009, o que significa 48,07% do eleitorado.

⁶ De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

O Brasil possui um percentual muito baixo de presença feminina na política institucionalizada. Apesar das mulheres em 2010 configurarem 51,82% do eleitorado, pouco mais de 22% das candidaturas eram de mulheres. Fato que revela muito mais do que um mero desinteresse pela vida política por parte das mulheres, indica a ideia de que à mulher cabe o espaço doméstico ou privado, e não o público, o da política, culturalmente reservado aos homens. Corroborando ainda, para a manutenção da desigualdade entre os gêneros na esfera política.

Outro dado significativo das candidaturas femininas é apontado pelo *site* CFEMEA, de que 60,2% das candidatas são solteiras, divorciadas ou viúvas, o que demonstra que a ocupação de cargos nas esferas de poder e decisão está ligada a fatores que restringem a participação de mulheres, pois resulta numa terceira jornada de trabalho, resultante da divisão sexual do trabalho. Enquanto 63,6% dos candidatos são casados, a maioria das candidatas são solteiras, uma realidade inversamente proporcional entre homens e mulheres que demonstra também, a associação que público e privado possuem com masculino e feminino respectivamente, e como os padrões de socialização, que impõem determinados papéis às mulheres, restringem suas oportunidades de participação nos espaços de poder. A figura da mulher, associada a casa, às obrigações domésticas com a alimentação e higiene da família, reforçam a ideia de que o lugar das mulheres é o espaço privado, restrito ao convívio familiar. Já o espaço público nos remete a ideia de poder, controle e virilidade, que são características atribuídas aos homens, portanto constituem a figura ideal para comandar, ou seja, tomar as decisões necessárias referentes à coletividade.

Parece-me que em muitos casos um conjunto de fatores combinados continua a reforçar um movimento que não dá a devida importância às possibilidades de trajetórias das mulheres que não seja no desempenho do papel de mães e donas de casa, como por exemplo, a atuação das mulheres no mundo público como professoras, enfermeiras, etc. A contradição que marca o sistema político liberal, no que se refere à divisão do público e do privado, os padrões culturais e de socialização que ajudam a construir o espaço político como um espaço predominantemente masculino e a falta de recursos humanos e materiais para despertar o interesse, acesso e êxito da mulher na política, estão entre os fatores que reproduzem o fenômeno da sub-representação feminina. Fatores que serão abordados no capítulo seguinte e que aparecem aqui apenas para indicar sua

relevância para compreendermos este movimento que, em certa medida, torna invisível a trajetória política das mulheres.

Durante os debates travados no período eleitoral, não houve discussões sobre a sub-representação feminina na política ou em qualquer outra instância de poder, mais que isto, questões importantíssimas foram desconsideradas nos discursos dos principais candidatos/as, não apenas as desigualdades de gênero, mas também as desigualdades raciais foram deixadas de lado. Nem mesmo com a presença de duas mulheres concorrendo à Presidência da República, com reais chances de chegar ao final da disputa eleitoral vitoriosas, foram levantadas propostas como a da ex-presidente do Chile Michelle Bachelet, de compor um gabinete paritário. Segundo as considerações do *site* Cfemea em: “Os desafios para a ampliação política das mulheres e para a inclusão da agenda feminista no processo democrático – as eleições de 2010”:

Grande parte do mundo continua a avançar no que tange aos direitos políticos das mulheres, ao passo que a tendência do Brasil indica uma queda ainda maior no ranking internacional. Em comparação com outros países da América Latina e do Caribe, o Brasil apresenta uma das menores taxas de representação parlamentar feminina, perdendo somente para Belize, Haiti e Colômbia.⁷

Creio que, em grande medida, o fenômeno da sub-representação deva muito aos discursos fundamentalistas, que têm como base preceitos religiosos, que reproduzem preconceitos que se orientam por valores morais, relegando mulheres a situações de submissão e abuso, legitimando e justificando as desigualdades entre os gêneros. Como por exemplo, a resistência baseada em valores religiosos, de muitos parlamentares à implantação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou a resistência em discutir a descriminalização do aborto e sua regulamentação em forma de lei, o que daria à mulher maior autonomia sobre seu próprio corpo. Tais discursos representam um grande risco à democracia, por imporem uma verdade única que restringe direitos e liberdades. Os discursos fundamentalistas que se expressam na intolerância fundada em sentimentos e crenças religiosas estão presentes nas relações humanas em todas as épocas. Esta intolerância se manifesta tanto nas grandes questões que envolvem disputas políticas e territoriais, como em nossos costumes e formas de pensar o mundo e as diferenças (SILVA, 2004).

⁷ Em

<http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3497&catid=212&Itemid=146>. Acesso em: 17 de junho de 2011.

A seguir, abordarei noções essenciais para empreendermos reflexões sobre a sub-representação de grupos, noções como representação e perspectiva, que podem auxiliar na construção de importantes instrumentos de luta pela inclusão política.

1.2 Representação democrática nas sociedades modernas: demandas por representação de grupos

Em várias partes do mundo, assim como no Brasil, a maioria dos indivíduos que participam e obtêm êxito na política são homens (Miguel e Biroli, 2010). Ao empreendermos uma discussão sobre a sub-representação de grupos, nos deparamos com propostas de inclusão, que garantiriam participação e voz aos grupos que se encontram excluídos do poder de decisão política. Nesse sentido, Young nos mostra que:

[...] muitas propostas recentes de maior inclusão política nos processos democráticos defendem medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados,... [que] estão sujeitos a desigualdades estruturais. (YOUNG, 2006, p. 140)

Entre estes grupos estão as mulheres, que possuem limitada representatividade nos espaços decisórios. Tal condição compromete a representação política das mulheres, num sistema que, majoritariamente possui suas legislaturas ocupadas por homens.

No contexto das sociedades modernas, se tornaram freqüentes as reivindicações por maior participação dos grupos excluídos do processo político institucionalizado. Para ativistas dos movimentos de mulheres, tal condição compromete a representação das mulheres, pois, como aponta Young, as “legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres” (YOUNG, 2006, p.140). Nesta percepção, a situação de sub-representação feminina demonstra que o processo político, tal como está dado, é incapaz de desenvolver políticas realmente representativas desse grupo.

As mulheres vêm aumentando sua participação política no âmbito da sociedade civil nos mais diversos movimentos sociais. Já no âmbito da representação política junto ao Estado (nos espaços de poder no Legislativo, Executivo e Judiciário), as mulheres enfrentam grandes adversidades e a sua participação é muito reduzida. Na esfera dos partidos políticos a participação das mulheres é crescente, apesar de enfrentar diversos obstáculos à sua inserção e efetiva participação no campo da política. Todas essas formas de atuação política são importantes, são expressões de cidadania e, quanto mais estiverem dialogando entre si, melhor para a democracia brasileira.

A participação política das mulheres e a implementação de políticas públicas voltadas à questão de gênero estão intimamente ligadas, pois ambas são essenciais para a construção de uma sociedade democrática. Isso porque sem a participação política das mulheres nos espaços de poder e sem a implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero não podemos construir uma sociedade efetivamente democrática e igualitária.

Mesmo com a crescente atuação das mulheres nos mais variados espaços de decisão na sociedade, sua exclusão dos espaços de poder é uma realidade, portanto, a necessidade de promoção da participação política das mulheres, mediante ações afirmativas é emergencial. E é neste sentido que muitos países passaram a adotar cotas na política como um tipo de ação afirmativa.

Porém, a ideia de uma representação específica de determinados grupos, sofre muitas objeções, uma delas que afirma que a representação especial de grupos considera as pessoas que fazem parte destes, como se as mesmas possuíssem atributos e interesses comuns que pudessem ser representados. O que, na maioria das vezes não é verdade. Segundo Young:

Diferenças de raça e classe perpassam o gênero [...] Os membros de um grupo de gênero, racial etc. têm histórias de vida que os tornam muito diferentes entre si, com diferentes interesses e diferentes posicionamentos ideológicos. (YOUNG, 2006, p. 141)

Algumas objeções à representação especial de grupos foram detectadas durante os encontros do grupo focal de mulheres. As participantes viam a necessidade de uma maior participação de mulheres na política e percebiam a exclusão feminina da esfera política como injusta e arbitrária, porém, existe uma visão de que a igualdade entre gênero, raça, etnia, etc; é necessária, mas, que não necessita de esforços específicos, como a estipulação de cotas, por exemplo. Ou seja, esta igualdade viria “naturalmente”, como decorrência de um processo que garantisse melhores condições sócio-econômicas aos indivíduos.

As controvérsias em torno da representação específica de minorias é uma questão incorporada definitivamente na agenda pública. Neste sentido, não podemos desconsiderar que as diferenças de raça e de classe perpassam o gênero e que, os membros de um grupo de gênero possuem histórias de vida muito diferentes entre si, com interesses e posicionamentos ideológicos diversos. Mesmo reconhecendo as diferenças existentes entre os membros de um mesmo grupo e considerando que nenhum representante único pode falar em nome do grupo (ou em

seu lugar), as demandas por representação especial de grupos excluídos do poder necessitam, no contexto das disputas práticas, de medidas que garantam voz a muitas questões, análises e posições que se encontram injustamente excluídas do debate. Tais práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento de inclusão política, capaz de garantir o acesso, por exemplo, de mulheres à política institucionalizada, e assim também, às suas reivindicações e posicionamentos.

Ao tratarmos da questão da sub-representação feminina é preciso o cuidado para não cairmos nas armadilhas de um discurso sobre a representação no qual a pessoa que representa se coloca no lugar dos representados, ou ainda, numa relação de substituição ou identidade. Longe disso, o conceito de representação aqui abordado para tratar a questão da sub-representação feminina na política institucionalizada, refere-se a “um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142)

Partindo da compreensão de que estar posicionado similarmente no campo social gera uma perspectiva social comum entre estes sujeitos, torna essencial a inclusão de suas demandas na discussão pública, e aponta para a necessidade de processos de representação de grupos como garantia de participação.

Para qualquer análise que se pretenda sobre a esfera da política institucionalizada é necessário considerar que os representantes políticos possuem um eleitorado amplo e diversificado em interesses, informações, experiências e crenças. Sendo assim, é preciso conceitualizar a representação, como argumenta Young, sem se pautar por uma lógica identitária:

[...] é preciso conceber a discussão e a deliberação democráticas como processos mediados e dispersos ao longo do espaço e do tempo. A representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante. (YOUNG, 2006, p. 148)

Vamos pensar o eleitorado, ou as diversas entidades, em termos de diferença, buscando mantê-las em sua pluralidade, sem recorrer a uma ideia de identidade comum, unificada. Para tanto é preciso considerar a temporalidade com que os processos ocorrem, o ponto de referência e o momento num processo de análise. O relacionamento entre representante e representados e entre representados entre si possui vestígios da temporalidade, ou seja, de uma história

de relacionamentos que o produziram e de tendências atuais capazes de antecipar seus relacionamentos futuros. Nas palavras de Young:

Conceber a representação como um relacionamento diferenciado entre atores plurais dissolve o paradoxo posto pela situação na qual uma só pessoa representa as experiências e opiniões de muitas outras. (YOUNG, 2006, p. 149)

Ao empreender uma análise pautada nessa conceitualização de representação, considero a diferenciação interna do eleitorado, ou seja, o fato de que o eleitorado não possui uma vontade específica geral, afinal representantes e representados são diferentes sem serem opostos, o que leva à compreensão de que o representante não pode falar por ou como o representado, o que existe é um relacionamento diferenciado entre as partes e dessa forma, a temporalidade deixa marcas nas ações dos sujeitos envolvidos. Sendo assim, a representação é entendida como um processo diferenciado e mediado no espaço e no tempo.

Durante as discussões propostas aos grupos focais - considerando o contexto e as singularidades de cada grupo - quando observamos as falas das mulheres ao serem questionadas sobre a representação de grupos⁸, houve um consenso no sentido de que, independente do sexo do/a candidato/a eleito/a, este/a deveria representar homens e mulheres da mesma maneira. Porém, havia o reconhecimento, compartilhado pelas mulheres que participaram dos grupos focais, de que, por ser mulher, a candidata eleita teria a possibilidade de desenvolver um olhar mais voltado para as questões femininas, pois teriam experiências singulares que fazem parte de sua vivência de gênero em sociedade. Um exemplo de resposta neste sentido está na fala de uma das participantes⁹:

Rosa: Eu acho que elas [representantes mulheres] têm que defender igualmente [homens e mulheres]! Porque ela não está ocupando o cargo por ser mulher ou por ser homem. Os eleitores que elegeram são tanto homens quanto mulheres. O que pode acontecer nessa questão é, por ser uma mulher no poder, ela irá olhar com outros olhos alguns problemas que as mulheres enfrentam e que o homem não olharia. O que pode acontecer é isso. Mas não defender somente interesses femininos ou masculinos. Defender de forma geral. Mas ela teria, se ela quisesse, um olhar mais profundo das questões femininas.

E avançando um pouco mais na questão da representação de grupos, observamos falas que apontam para o reconhecimento de uma perspectiva

⁸ O questionamento feito aos grupos focais pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições* foi: se uma mulher, ao ser eleita, deveria representar os direitos das mulheres ou de mulheres e de homens.

⁹ Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios para preservar o anonimato dos/as participantes.

compartilhada entre as mulheres. Como observamos nos trechos da discussão a seguir:

Rosa: Por exemplo, a mulher, tem conhecimento dos problemas que as mulheres enfrentam, a questão saúde, questão da discriminação, que existe em muitos lugares [...]

Ou então, como nos aponta uma participante que integrou o grupo com representantes jovens, que diz:

Patrícia: Eu gostaria de ver que existe, por ser mulher, por ter uma vivência como mulher, ela tem mais dados, mais conhecimento pra saber dessas necessidades. Talvez isso favoreça. Mas eu acredito que quem quer que seja que governe, deve se preocupar com isso. Se não tiver tido a vivência, que se rodeie de pessoas que assessorem nesse sentido. Eu acredito que independe de quem esteja. E estando uma mulher talvez isso favoreça. Espero que sim.

E para além da representação de gênero, temos percepções sobre representação étnica e de minorias, como vemos a seguir:

Cíntia: Eu acho que acaba sendo até natural, não só o caso dela ser mulher e conhecer ou participar do processo histórico. Se ela for negra, ela vai ter conhecimento dessa relação. Se ele tiver um problema físico, deficiente, ele vai ter essa visão, até porque ele viveu isso. Então, eu penso assim: que quando você viveu a situação, você tem possibilidade, você sentiu isso. Você faz parte desse grupo. Então, se você pega um cargo político, automaticamente, além das outras áreas, vai olhar ou vai ter um outro olhar para isso.

Apesar da ideia compartilhada de que, independente do sexo do/a representante, o/a mesmo/a deveria representar a todos/as igualmente, há o reconhecimento de que, por ser mulher, esta representante poderia dar mais atenção a certas especificidades que fariam parte do “universo feminino”.

As discussões no grupo focal composto por pessoas que têm ocupações de elite ficaram em torno da questão sobre como a mulher, ao se candidatar, deveria se colocar, ou seja, se ela deveria durante a campanha se colocar como defensora das mulheres ou de homens e mulheres igualmente. As respostas seguiram a mesma compreensão dos demais grupos: a representação deve ser em prol de todos/as e não de acordo com o gênero do candidato. Mas no entendimento das mulheres do grupo focal das elites, apenas no legislativo esta representação poderia acontecer. Já no executivo, tal situação seria inviável. Como vemos nos trechos retirados da discussão envolvendo um participante homem e a intervenção da participante mulher.

Cláudio: Eu acho que depende também do grau de poder que ela vai exercer. Se é uma vereança, ou até um deputado estadual ou federal, ela pode até defender [os interesses das mulheres], talvez

uma bandeira, uma plataforma dessa forma. Mas em um grau superior, como presidente, ou uma presidenta, acho que daí isso aí é inviável.¹⁰

Dora: Como legislador, até que sim. Agora, como executivo, não.

Todas concordam que um representante eleito pelo povo, não deve “puxar a sardinha” para um grupo específico, mas reconhecem que é impossível ignorar suas experiências e vivências no momento de orientar suas ações. Elas não concordam com a postura de um representante que atue a favor de um grupo específico, mas também não ignoram que o grupo do qual o representante faz parte influencie na atuação do mesmo.

Para a análise da relação gênero e política, não é possível adotar a ideia de que as muitas pessoas envolvidas são idênticas entre si, a representação envolve distinção e separação, pois o eleitorado não é coeso, não existe uma vontade comum, o que existe é uma pluralidade de interesses, atividades, definições e percepções entre os eleitores. Dessa maneira, considerando as especificidades das eleições presidenciais de 2010, que contou com a participação de duas mulheres concorrendo ao cargo majoritário na política do país e apresentando chances reais de obter êxito ao final da disputa. Não podemos ignorar que qualquer perspectiva está permeada por diversos aspectos da nossa vida em sociedade, como por exemplo, as distinções oriundas de aspectos como idade, classe social, gênero, etc.

Nas eleições de 2010, uma candidata mulher ganhou, mas é um erro considerar que ela irá falar no lugar, por e pelas mulheres. Considerar um representante como um delegado que age de acordo com suas próprias convicções, exclusivamente, dissolve o significado da representação. Nas considerações feitas pelo grupo focal composto apenas por mulheres, quando questionadas se mulher vota em mulher pelo fato de serem do mesmo gênero, suas integrantes afirmaram que o voto não deve se dar desta maneira, mas sim pela posição, ideias e propostas expressas pelo/a candidato/a, sendo um posicionamento compartilhado e compreendido como tal pelas participantes das discussões. Observemos o trecho a seguir:

Viviane: Na verdade, eu não gosto muito da discussão da política de gênero. Não é a minha paixão, vamos dizer. Até porque acho que não tem que votar em mulher porque ela é mulher. Agora, eu penso

¹⁰ Foi utilizada a fala deste participante homem para demonstrar o entendimento das mulheres que participaram deste grupo focal à respeito de uma representação específica de grupos, no caso, de uma representação específica para as mulheres.

em não votar em mulher pelo que ela representa. Isso é que me preocupa.

Izabel: Isso que você está colocando é extremamente importante. Eu votei na última eleição pra mulher, mas a minha decisão de voto, não vai de gênero... A política não tem que ser de gênero, tem que ser de proposta e de trabalho e de melhoria da coletividade.

Ao analisarmos tais falas, é possível perceber que algumas participantes possuem o entendimento de que a representação não se dá por meio de uma identificação automática (neste caso, pautada no gênero), mas tem a ver com um relacionamento diferenciado, que além do tempo e do espaço considera afinidades e experiências de vida que devem estar expressas nas propostas e ideias apresentadas pelo/a candidato/a. Neste sentido, de acordo com a compreensão de Young sobre representação, temos que:

Os sistemas de representação política [...] devem representar aspectos da experiência de vida, da identidade, das crenças ou atividades mediante os quais uma pessoa tem afinidade com outras. (YOUNG, 2006, p. 157)

O “sentimento” de ser representado surge quando pelo menos algumas discussões e deliberações sobre políticas expressam o tipo de experiência social que diz respeito aos sujeitos envolvidos em razão de seu posicionamento num grupo social.

Os grupos focais estruturados pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições* não devem ser pensados como se fossem constituídos por um conjunto de atributos comuns a todos os membros do grupo, mas a partir de uma lógica relacional, que compreende os indivíduos posicionados nas estruturas dos grupos sociais aos quais pertencem, sem com isso terem suas identidades determinadas por tais posicionamentos.

Também é possível identificar posicionamentos que se pautam na compreensão de que as mulheres, por fazerem parte de um grupo socialmente marginalizado, terão conseqüentemente “mais atenção [para certas] especificidades porque ela vive [esta realidade]”. Como vemos na fala de uma das participantes do grupo focal de mulheres, que afirma que:

Vânia: Eu não acredito que tenha de haver essa separação da sociedade pensada pra mulher e pensada pro homem e pra mulher. Já é assim. A gente já precisa mostrar que há minorias. Há grupos que têm necessidades específicas e [é preciso] atendê-las. Eu acredito que a mulher não faria isso. Ela vai dar mais atenção para aquelas especificidades porque ela vive aquilo. Mas não que vai ser: “Ah, então, eu vou privilegiar isso e deixar disso”. Ela vai levar as duas coisas.

Percebemos que a compreensão se pauta na consideração de que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, que derivam do seu posicionamento e é a partir de seu posicionamento social que elas irão desenvolver compreensões diferenciadas dos eventos sociais e suas conseqüências. Pessoas diferentemente posicionadas interpretam de modos diferentes as ações, eventos e regras a que estão submetidas. O que sugere que agentes próximos no campo social possuem pontos de vista semelhantes sobre o campo e o que ocorre no seu interior. Desta maneira é possível uma percepção da importância da adoção da noção de perspectiva, no lugar das noções de opinião e interesse (YOUNG, 2006, p. 161).

A perspectiva é uma maneira de olhar os processos sociais sem determinar aquilo que se vê. Não podemos ignorar que, mesmo que as pessoas possuam menor afinidade, ou seja, estejam posicionadas de maneira mais distante, não significa que não possa haver uma compreensão sobre a descrição a partir de outra perspectiva social, a partir de uma perspectiva diferente daquela do sujeito que a interpreta. Esse exercício será apenas mais difícil pelo fato de partir de uma compreensão diferente e não compartilhada, mas jamais impossível.

No próximo capítulo trato de três vertentes explicativas do fenômeno da sub-representação feminina desenvolvidas por Miguel e Birolli (2010), e que selecionei como ponto de partida para iniciar minha análise por considerá-las essenciais na compreensão do fenômeno.

1.3 Grupos focais: uma experiência para análise qualitativa dos processos eleitorais

Com o crescente interesse em entender o comportamento das pessoas e dos grupos, no que se refere à elaboração e representação que os indivíduos fazem de questões que envolvem a participação política relativa ao poder, a técnica de pesquisa qualitativa envolvendo grupos focais se mostra uma importante ferramenta para auxiliar neste tipo de análise. As discussões propostas pelos grupos focais levam em consideração os múltiplos aspectos que envolvem a vida em sociedade e que ajudam a formar opiniões, gostos e impressões. Ao serem realizadas análises com enfoque na participação política dos indivíduos é preciso considerar que existem outras dimensões que ajudam a forjar este indivíduo, que se referem aos aspectos biológicos, sociais, históricos, econômicos e psicológicos que ajudam a construir suas percepções. Como nos aponta Veiga e Gondim:

O homem em sua ação política é o alvo da pesquisa em Ciência Política, mas sabe-se que este homem também tem uma dimensão biológica, social, histórica, econômica e psicológica. (VEIGA; GONDIM, 2001, p.2)

Neste sentido é preciso considerar que na técnica qualitativa é necessário ter em mente, quando se pretende uma análise daquilo que se vê expresso na fala dos participantes dos grupos de discussão, que as experiências vividas e tudo aquilo que o indivíduo recebe de informação, ajuda a construir um estoque de conhecimentos ao qual cada pessoa recorre para interagir com o mundo, com a sociedade que lhe cerca, bem como para interpretar este mundo e decidir como deve proceder ao se ajustar ou elaborar alternativas referentes a ele.

A escolha da análise do material produzido nas discussões dos grupos focais, desenvolvido pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*, tem como intuito uma análise qualitativa. Nesse sentido, parte-se do entendimento de que os indivíduos avaliam questões políticas com base em seu cotidiano, em suas experiências sociais e em seu posicionamento nos grupos sociais dos quais fazem parte. As discussões empreendidas nos grupos focais partem de situações que ocorrem em casa, no meio familiar, na rua, enfim, no dia-a-dia e se estendem à compreensão que os indivíduos elaboram sobre as questões políticas.

Ao recorrer à análise de dados qualitativos VEIGA e GONDIM (2001, p. 12) consideram que “as pessoas avaliam questões políticas com base no seu cotidiano,

o que fica bastante evidente nos grupos focais.” Neste sentido, as pessoas recorrem às experiências do seu dia-a-dia para elaborar suas ideias e representações sobre questões mais amplas, ou seja, que não se limitam ao seu meio social imediato, mas que fazem parte de uma complexa rede de relações sociais.

O trabalho de campo, realizado pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*, do qual retiro os dados para minha pesquisa, não é utilizado como um mero efeito ilustrativo para demonstrar ou confirmar a autoridade de uma teoria, ele é utilizado como um parâmetro para propor discussões mais densas, para além das opiniões expressas, tendo como base os processos de construção dessas opiniões. Processos estes que se revelam por meio das relações sociais travadas entre as pessoas e que ajudam a forjar estes sujeitos e suas interpretações sobre tudo aquilo que lhes rodeia. As relações pessoais entendidas como resultantes, em certa medida, dos processos de interação social, nos quais o indivíduo se encontra inserido, tem importância considerável para compreendermos o processo de construção de suas opiniões. Considero, assim como demonstra Veiga e Gondim que:

[...] as questões referentes ao cotidiano dos participantes são capazes de trazer importantes contribuições para a entendimento da percepção que possuem sobre política. (VEIGA; GONDIM, 2001, p. 5)

A importância de considerar aquilo que os/as participantes trazem do seu cotidiano pode contribuir para o entendimento das representações das pessoas sobre política e acesso ao poder. No entanto, é preciso considerar que, por possuir um caráter subjetivo, esta técnica pressupõe a necessidade de se levar em consideração a perspectiva da pessoa analisada para produzir as interpretações sobre aquilo que foi expresso durante os encontros, ou seja:

A premissa básica dos grupos de discussão é a de que as pessoas formam as suas opiniões e percepções nos processos interativos em que se engajam, sendo mutuamente influenciadas pelo jogo de forças que vai se constituindo nas relações interpessoais, intra e intergrupais. (VEIGA; GONDIM, 2001, p. 9)

É, portanto, nos processos interativos que as pessoas formam suas opiniões e percepções, influenciando e sendo influenciados pelas forças que se constituem nas relações “interpessoais, intra e intergrupais.” Como técnica de pesquisa qualitativa, o grupo focal se apresenta como uma possibilidade para a compreensão do processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de

grupos humanos relativos a um determinado tema, neste caso, a política. Como nos aponta, novamente, Veiga e Gondim:

A principal vantagem da abordagem qualitativa é que ela se apresenta como um recurso que permite compreender o contexto pessoal, no caso da técnica de entrevista em profundidade, e grupal, em se tratando dos grupos focais, a partir dos quais são construídas as opiniões e a visão de mundo dos participantes que avaliam os candidatos, os partidos políticos e decidem sobre o seu voto. (VEIGA; GONDIM, 2001, p. 14)

Considero a pesquisa qualitativa um importante instrumento de análise e reflexão de dados, por possibilitar um olhar diferenciado para a compreensão dos processos que estão na base da construção das opiniões, ideias e representações que os indivíduos fazem das estruturas que lhes cerca.

Neste sentido, a investigação qualitativa, com o emprego da técnica de grupos focais, ganha importância para auxiliar na compreensão dos impactos que os processos e mecanismos sociais têm na construção de opiniões e decisões do eleitorado em relação à política. Permite ainda, uma rica possibilidade de produção de materiais para análise dos processos de construção que os indivíduos empreendem para viver, perceber e reproduzir suas percepções e ações relacionadas à política e à representação. Acredito que a análise dos dados originados deste tipo de investigação, no caso específico as transcrições das discussões realizadas nos grupos focais, possa contribuir na busca da compreensão dos processos que estão na base da construção das opiniões, ideias e representações que os indivíduos fazem sobre a reduzida participação política das mulheres no campo político.

Sendo assim, apresento a análise das transcrições dos grupos focais como uma rica possibilidade para compreender as interpretações que as mulheres têm sobre sua condição de sub-representação política. Como nos aponta Veiga e Gondim:

O grupo focal ou grupo de discussão, como técnica de pesquisa qualitativa, apresenta-se como uma possibilidade para compreender a construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos acerca de um tema específico. (VEIGA; GONDIM, 2001)

A análise das transcrições das discussões propostas pelo grupo focal privilegia os processos de interação que são estabelecidos por seus participantes durante os encontros e que refletem os mecanismos sociais que fazem parte da

construção das representações e ideias que os participantes têm da política e da representação de grupos.

Tais mecanismos sociais estão na base da construção das opiniões e atitudes dos eleitores que pertencem a um determinado período histórico e estão posicionados de maneiras específicas em diversos grupos dentro da sociedade em que vivem. Análises que levam em consideração múltiplos fatores que podem contribuir na construção de opiniões e ações dos indivíduos em relação à política podem ser úteis no esclarecimento de questões relativas ao comportamento do eleitor, o que é de grande interesse acadêmico.

Capítulo 2

Sub-representação feminina nos espaços decisórios

2.1 Um olhar sobre a sub-representação feminina nos espaços de poder

A questão da sub-representação feminina no sistema político institucional não é recente, muito pelo contrário, ela vem sendo abordada há muito tempo por teóricos das mais variadas áreas do conhecimento. Embora o discurso político legítimo não defenda a exclusão das mulheres, esta exclusão persiste nas práticas partidárias e em mecanismos que reproduzem padrões sociais que colocam as mulheres em posição de subordinação. O sistema político institucionalizado não é o único campo de poder no qual as mulheres se encontram em posição de subordinação, esta preponderância é percebida em diversas culturas em diferentes períodos históricos.

Recentemente, em 2010, ocorreu no Brasil um dos momentos mais ricos em produção de possibilidades de análise do fenômeno da sub-representação feminina na política institucionalizada, que foram as últimas eleições para a Presidência da República, em que tivemos a participação de duas candidatas mulheres com reais chances de chegar ao final da disputa obtendo êxito. Para uma efetiva análise do fenômeno ocorrido no período das últimas eleições presidenciais no Brasil é necessário considerar que a condição da mulher frente à sua participação no sistema político institucionalizado é um fenômeno que originou inúmeros estudos sobre as causas, consequências e representações que surgem sobre a presença da mulher no espaço público ocupando posições de poder, como veremos mais adiante.

Na busca por compreender o fenômeno da sub-representação feminina no sistema político institucionalizado, várias explicações surgiram ao longo do tempo e outras estão sendo produzidas, porém, para o presente trabalho optei por três vertentes explicativas já trabalhadas por Luiz Fernando Miguel e Flávia Birolli (MIGUEL; BIROLI, 2010), por acreditar que possuem significativas contribuições na elaboração da discussão aqui proposta em torno do tema.

Uma das teorias que busca dar explicações sobre a condição da sub-representação feminina nos espaços de poder, trata da contradição que marca o sistema político liberal, no que se refere à divisão do público e do privado, e a classificação feita sobre quem são aqueles considerados indivíduos de direitos

dentro do sistema liberal desde seu início, tal concepção está expressa na obra de Carole Pateman, e é apresentada por Miguel e Birolli (2010, p. 654). Outro olhar que pode contribuir na compreensão do fenômeno da sub-representação feminina na política institucionalizada refere-se à questão dos padrões culturais e de socialização, que ajudam a construir o espaço público, ou seja, o espaço político, como um lugar predominantemente masculino. E, por fim, mas sem abarcar todas as possibilidades de análise sobre o problema, tem-se uma visão que se fixa nos “constrangimentos estruturais à participação política das mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 653), que se refere à falta de recursos humanos e materiais para despertar o interesse, acesso e êxito da mulher na política.

Faz-se necessária a consideração de que dificilmente estas justificativas aparecerão em “estado puro”. Na prática, é comum que uma dimensão esteja perpassada pela outra, ou ainda, por tantas outras possibilidades que existam e que possam surgir. Diante de tal fato convém esclarecer que esta separação é feita aqui para auxiliar na análise do fenômeno da sub-representação feminina na política institucionalizada, servindo como um meio de identificar processos e representações que poderiam passar despercebidas, ou sem a devida atenção durante a análise, caso se mantivessem entrelaçadas como estão no cotidiano.

2.2 Vertentes explicativas do fenômeno da sub-representação feminina

2.2.1 Público versus Privado

Sobre a produção teórica desenvolvida em torno do tema da sub-representação feminina na política está a questão que envolve a diferenciação feita entre o espaço público e privado, e as respectivas representações feitas pelos indivíduos a respeito dos papéis que devem ser desempenhados em cada um deles. Também é preciso considerar os sujeitos que compõem tais espaços, observando quem comanda e em que medida empreende essa ação. Em última instância, vale perceber se a preponderância do poder pertence aos homens ou às mulheres.

A diferenciação feita entre público e privado pela teoria liberal e as respectivas características associadas a cada um destes espaços, reforçam a condição de subordinação da mulher quando associadas ao conjunto de ideias acerca do papel de homens e de mulheres em cada uma destas esferas, chegando a separá-las, opondo-as como se fossem contrárias. Para Carole Pateman (PATERMAN, p. 33), a profunda ambigüidade da noção liberal de público e privado oculta e mistifica a realidade social que ajuda a constituir, ou seja, a oposição feita entre público e privado, quando associada aos papéis de gênero, constitui uma oposição desigual entre mulheres e homens. Tal exclusão das mulheres do universo público passa, muitas vezes, por despercebida porque a teoria liberal apresenta a separação entre público e privado como se fosse aplicável a todos os indivíduos igualmente, o que na prática não ocorre.

A distinção feita entre homens e mulheres quanto ao lugar ocupado na esfera pública está perpassada pela crença de que a natureza das mulheres é de submissão aos homens e que o lugar que lhes pertence é a esfera privada, ou doméstica. Já em relação ao lugar dos homens, a crença na natureza do feminino e do masculino os coloca à frente das duas esferas, numa posição de mando. Porém, é preciso considerar o reconhecimento que as mulheres possuem no espaço privado, espaço este, que é tido como um espaço predominantemente feminino. Mesmo que consideremos que muitas das atividades desenvolvidas pelas mulheres no ambiente doméstico são voltadas ao cuidado com o homem e com os filhos, é neste espaço que elas atuam com maior reconhecimento, tendo na maternidade um

fator que as diferenciam, ou seja, que confere às mulheres que são mães, um status diferenciado daquelas que não são.

Mesmo quando se admite que o liberalismo é constitutivo do feminismo - na medida em que a valorização da autonomia individual, presente no ideário liberal, está na base da possibilidade de confrontação com as formas tradicionais de subordinação - isso não significa uma posição homogênea entre as correntes feministas em relação à contribuição do ideário liberal ao feminismo. A visão de algumas correntes feministas sobre a existência de um ponto de intersecção entre liberalismo e patriarcalismo compromete a contribuição que a teoria liberal pode ter dado ao desenvolvimento do feminismo. Teoricamente, liberalismo e patriarcalismo são doutrinas opostas. Paterman afirma que:

El liberalismo es una doutrina individualista, igualitária e convencionalista; el patriarcalismo sostiene que las relaciones jerárquicas de subordinación se siguen necesariamente de las características naturales de hombres y mujeres. (PATERMAN, p. 33 - 34)

Mas o conflito entre estas duas teorias se depara com a questão levantada no século XVII, sobre quem deveria ser considerado um indivíduo livre e igual. As discussões em torno da questão chegaram num ponto em comum com relação à condição das mulheres nas relações conjugais, tema que foi excluído do debate sobre quem deveria ser considerado um indivíduo livre e igual, pois a discussão se fixou na relação dos filhos mais velhos com os pais. A teoria liberal, representada pelas ideias de Locke, demonstra como as esferas privada e pública se baseiam em princípios de associação antagônicos, que se manifestam na distinção do *status* de mulheres e homens, sendo assim, a família baseia-se em vínculos naturais de sentimentos e consanguinidade e no papel de esposa e marido. A participação na esfera pública é garantida por critérios de êxito, interesses, direitos, igualdade e propriedade, critérios liberais que se aplicavam exclusivamente aos homens. (PATERMAN, p. 35)

O que se pode constatar é que, em virtude da separação feita entre público e privado baseada em tais premissas, a compreensão da esfera pública acaba associada ao domínio masculino. Esta situação gera uma condição em que a mulher possui um papel secundário, no que se refere ao acesso e êxito nas esferas que envolvem poder. Muitas vezes, este papel é tido como possuindo pouca significância, e até mesmo contrário às expectativas relativas ao papel da mulher e ao ideal do

que seria o funcionamento da vida pública. Reforçando ainda mais a sub-representação feminina na política.

Outra questão a ser levantada sobre o liberalismo está ligada à universalidade proposta pelo ideário liberal, que se caracteriza pela oposição entre público e privado, no qual um é a esfera de liberdade e outro a esfera da subordinação, além disso, existe a tensão entre uma suposta inclusão universal de todas as pessoas no sistema e a tudo aquilo que ele supostamente proporciona, e a definição de indivíduo e autonomia individual que exclui uma série de pessoas. Observando por este ângulo, o liberalismo se mostra incapaz de incorporar aqueles marcados pela diferença, ou seja, aqueles que não seguem os padrões de normalidade ligados a uma racionalidade e moralidade burguesa. As regras orientadas por ideais universais reproduzem formas de dominação e opressão que se revestem de uma fachada de realização do ideal de cidadãos livres e iguais. Ideal que não inclui diversos grupos que compõem a sociedade, como negros, minorias étnicas, mulheres, etc.

2.2.2 “É uma questão de cultura”

Outra análise que busca a explicação da ausência de mulheres nos espaços políticos é a abordagem que parte da análise das estruturas de oportunidades de diferentes indivíduos nos pontos de estrangulamento que impedem que integrantes de determinados grupos participem, com sucesso, de posições de poder (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 662). Aqui está a visão voltada para a questão dos padrões culturais de socialização, havendo o entendimento de que as normas universais e, supostamente, neutras não se traduzem em oportunidades iguais a todos/as, novamente observamos que a estrutura patriarcal do liberalismo determina a subordinação da qual decorrem diversas formas de exclusão, envolvendo não apenas as mulheres. Os obstáculos existentes para a presença de mulheres nos espaços decisórios ocorrem em diferentes níveis, o primeiro passo na tentativa de superar esta condição foi a luta pela obtenção de direitos políticos, como votar e ser votado. Também é preciso considerar certo aumento na motivação para participar de disputas políticas. Neste sentido, Miguel e Biroli (2010) afirmam que as mulheres, dentre os inúmeros grupos minoritários que sofrem constrangimentos quanto à sua participação efetiva nos espaços políticos de decisão,

[...] encontram constrangimentos específicos para gerenciar suas carreiras, vinculados, sobretudo, às suas obrigações domésticas, que muitas vezes impedem uma dedicação política similar à dos homens e impõem ônus que eles não encontram. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.664)

Neste sentido, verificamos que as mudanças nos horários que devem ser dedicados a vida no espaço político, a necessidade de troca de moradia, que podem ser algumas das exigências para o progresso da carreira política, se mostram, várias vezes mais difíceis de serem efetuados pelas mulheres do que pelos homens. Ao que parece, este argumento foi detectado durante as eleições para presidência da República em 2010 entre as integrantes do grupo focal de mulheres, que trouxeram a ideia de que a maior presença da mulher na vida pública em cargos de comando depende de alterações nas relações entre homens e mulheres quanto aos cuidados com a casa e a família. Há o reconhecimento, por parte de algumas mulheres que participaram das discussões propostas, de que são elas as responsáveis pela ausência ou limitada presença feminina na política, na medida em que reproduzem um legado cultural que restringe sua atuação ao espaço privado, ou ainda, como se a atuação das mulheres fosse restrito apenas ao espaço privado, concepção que parece estar extremamente ligada ao cuidado com a casa, com os filhos e com a família e, também a trabalhos que não envolvam ambição pelo poder.

Algumas falas indicam uma compreensão compartilhada pelas participantes de que existem limitações intrínsecas às mulheres, como a responsabilidade com a família, que outro não poderia exercer. Afinal, esta seria uma responsabilidade feminina que aparece como uma limitação, ou ainda, como um impedimento à participação efetiva da mulher no espaço político. Observando alguns trechos da primeira discussão proposta ao grupo focal de mulheres, quando surge o questionamento sobre a necessidade do presidente ser um homem, as principais limitações colocadas a uma mulher assumir tal cargo, estão ligadas a obrigações com a família, que via de regra aparece como responsabilidade delegada às mulheres. Vejamos um exemplo desta compreensão por parte de uma das participantes.

Amanda: Imagine que você tivesse uma criança pequena na sua casa. Se isso é biológico, você deixaria sua criança pequena pra viajar e ficar, por exemplo, morando aqui e trabalhando em uma Assembleia e vindo, só no final de semana para ver seu filho?

Vânia: É, ficaria difícil.

Amanda: Então é uma limitação. Então, nós, às vezes, colocamos algumas limitações em função de algumas prioridades.

Nestas falas podemos observar o peso que o papel conferido à mulher na família e no cuidado com os filhos exerce sobre suas escolhas, mostrando-se, por diversas vezes, como um dos determinantes para a baixa representatividade feminina em postos de poder, limitando sua participação e até mesmo seu interesse.

Considerando o processo de socialização no qual estamos imersos, outro ponto relevante na discussão da sub-representação feminina está no entendimento que Miguel e Biroli (2010), nos apresentam sobre as representações dos espaços público e privado e a associação feita destes espaços com a ideia de masculino e feminino, respectivamente. Mesmo aquelas mulheres que se aproximam de cargos mais elevados, tendem a se aproximar do modelo masculino, o que demonstra que há uma associação feita entre o progresso na carreira política e a adesão ao padrão masculino. Conforme nos mostram Miguel e Biroli (2010, p. 664): “Ao que parece, há uma relação de circularidade entre o progresso na carreira e a adesão ao padrão dominante, masculino, de ambição política.”

Esta ideia de que para obter êxito na disputa e no exercício de um cargo de poder, é preciso possuir certos atributos tidos como pertencentes a um padrão mais próximo a comportamentos tidos como masculinos, como objetividade, racionalidade, valentia, etc., demonstra como os espaços conferidos ao poder decisório são associados a atributos como objetividade, força, racionalidade, etc., que fazem parte de características socialmente vinculadas à figura do homem. Tal associação reforça a exclusão das mulheres e de qualquer comportamento associado às várias possibilidades do feminino destes espaços, e coloca em evidência a necessidade que muitas vezes se impõe à elas, de que adaptem sua imagem ao padrão masculino dominante para obter êxito nas disputas por cargos de poder.

Durante as discussões dos grupos focais no período eleitoral de 2010, algumas participantes apontavam para a imagem de uma das candidatas como alguém forte, mas que foi artificialmente construída para a campanha de modo, inclusive, a se “despir” de um comportamento considerado pelas participantes como tipicamente feminino. Algumas mulheres diziam que a candidata não se vestia como uma mulher, mas de forma masculinizada. Como se o vestir-se como um homem pudesse garantir maior credibilidade até mesmo ao discurso eleitoral durante a campanha, e o trajar-se com roupas tidas como femininas denotasse certa

fragilidade, que poderia ser associada com fraqueza. Como está ressaltado na seguinte fala de uma participante do grupo focal de mulheres:

Izabel: A Amanda falou uma frase na discussão que homem e mulher têm que ser diferente. É uma condição biológica. Se você parar e der uma analisada, é o seguinte: a candidatura da Dilma é, não vou entrar em muitos detalhes, ela é construída. Não é nem construída. Ela é uma pessoa de personalidade. É uma pessoa forte. Mas é uma pessoa que exerceu um comando de um cargo masculino. Então, o que a gente tem que tomar cuidado? Que eu exerço um comando, um cargo, uma atividade que é essencialmente masculina, mas, eu sou mulher. Então, meu traço de sensibilidade, têm que ficar. [O] que se tenta fazer nela? A desconstrução de uma mulher quase que macho. É a mesma coisa, assumo a Rural, ponho uma botina e não vou usar vestido. Não vou usar salto. Não vou usar batom[...] Então, essa desconstrução da imagem porque eu exerço um cargo masculino, né. E eu tenho que ser firme. Então, eu tenho que ser firme e tenho que passar isso.

Tal ideia parece expressar a convicção de que a candidata teria associado sua imagem à padrões considerados masculinos para passar credibilidade aos eleitores e, conseqüentemente, garantir sua vitória nas urnas. Esta associação vai mais além, quando nos deparamos com argumentos que colocavam a responsabilidade pelo destaque que a campanha da candidata Dilma Rousseff vinha ganhando, numa associação entre a imagem dela e do então presidente Lula (por participarem do mesmo partido, a candidatura de Dilma recebeu o apoio de Lula). Ou ainda, como se a referida candidata não estivesse na campanha no “papel de mulher”, ao contrário da outra candidata, Marina Silva do PV, mas como uma sucessora do presidente Lula dando continuidade à projetos sociais. Assim, a possível vitória ou derrota da candidata não era vista como se tivesse qualquer relação com seu gênero, mas com a associação feita de sua imagem à padrões tidos como masculinos e a um projeto político ao qual ela daria continuidade. Como percebemos na fala de uma das integrantes do grupo focal de mulheres:

Vânia: E quanto à candidatura das mulheres eu particularmente, não vejo duas. Eu vejo uma. Acho que quem está como mulher nessa Campanha é a Marina. A Dilma, ela é a sucessora do Lula. E por acaso foi ela porque o José Dirceu foi incluído no processo do Mensalão. Então, a Dilma como mulher, ela não me passa isso. “Olha, eu estou aqui porque sou candidata das mulheres”. Ela pegou. Ela pegou.

Ou ainda,

Viviane: A Dilma está subindo com os projetos sociais. E aí é encarar que não tem essa discussão do feminino, masculino. É grave.

Paula: A minha opinião sobre essas candidatas que a gente tá citando: a Dilma vence, vence pela questão social de baixa renda

porque ela tá pegando carona no Lula; se você for na periferia, o povo é tudo Lula.

Vânia: Então, você não concorda que se fosse outro candidato também seria?

Letícia: Qualquer um que o Lula indicasse.

Letícia: Se fosse apoiado pelo Lula, poderia ser qualquer um que o Lula indicasse.

Elaine: Porque é a continuidade do projeto dele.

Paula: Então, é o que eu falo. É o projeto. Não é a mulher. Não é a candidata.

Aqui vemos que o fator gênero não ganhou tanta visibilidade na percepção das participantes, quanto a idéia de que a candidata daria continuidade a um determinado projeto social. Sua vitória estaria ligada a uma suposta continuidade que a mesma daria a um determinado projeto político. Uma mulher, mesmo vencendo as eleições, teria que se aproximar cada vez mais do modelo masculino, ou então se associar a um modelo masculino com credibilidade, neste caso o então presidente Lula, para obter êxito e passar credibilidade aos eleitores.

Uma das principais barreiras à participação feminina nos espaços de poder se encontra em mecanismos de socialização que fazem com que as mulheres não se sintam chamadas a ingressar nas disputas eleitorais, além disso, os arranjos familiares tradicionais são um obstáculo às carreiras de sucesso em qualquer espaço de competição. Para Miguel e Birolli (2010, p. 666), até mesmo a avaliação da própria qualificação feminina é muito mais rigorosa no caso das mulheres, mesmo com trajetórias escolares e profissionais similares, as mulheres tendem a se julgar menos preparadas para ocupar cargos públicos do que os homens. Aqui percebemos um fator preponderante na educação diferenciada entre os gêneros: homens são ensinados a ser confiantes, assertivos e a se autopromoverem, já para as mulheres, tais características são consideradas inadequadas. Dentro deste esquema, as mulheres, assim como outros grupos subalternos, são levados a assimilar um sentimento de impotência, e até mesmo, incapacidade política.

O problema não está no fato de que existam pessoas que se interessam por participar da política e outras que não, o problema passa a existir quando os níveis de participação coincidem com diferenças relativas à classe, gênero, etnia, por exemplo. Assim, podemos concluir que a política pode ser uma atividade acessível e exclusiva de indivíduos que possuem determinadas características e que todos aqueles/as que não se enquadram em tais características ficam em posição de subalternidade, mais que isso, introjetam essa percepção e a validam.

Existem correntes dentro do próprio pensamento feminista que reforçam a ideia de diferenciação entre feminino e masculino associada às esferas pública e privada, o que acaba perpetuando a subordinação das mulheres na política, pois advogam um estatuto diferenciado para as mulheres, que teriam, segundo este pensamento, a capacidade de realizar uma nova maneira de fazer política, uma maneira que seria caracterizada por ser desinteressada e altruísta. Esta nova maneira de fazer política seria o resultado do processo de socialização da mulher, que a estimula ao cuidado com os fracos, como aponta Miguel:

Sob o nome de 'política do desvelo' (care politics) ou então de 'pensamento maternal', estas autoras afirmam que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos. (MIGUEL, 2001, p. 259)

Outro trecho da discussão feita no grupo focal de mulheres nos chama atenção para o posicionamento de uma das participantes diante do questionamento do porque uma mulher não pode ter acesso a cargos de poder como os homens. Ao mesmo tempo em que ela afirma não ser falta de capacidade, mas, geralmente, uma escolha das mulheres não participarem da vida política, ela demonstra o peso que as estruturas sociais têm sobre estas “escolhas”. Vejamos na fala abaixo:

Paula: Mas, a pergunta quer dizer sobre isso. Por que a mulher não pode estar no cargo do homem? A questão família e a questão poder, por exemplo, assim. Aí já está questão de escolha. Por exemplo, eu, se a pessoa chegar em mim e falar assim: Paula. Eu sou cabeleireira. Se a pessoa chegar em mim e falar assim, Paula, você terá um cargo muito bom e ganhará vinte e cinco mil reais por mês. Mas, você tem que deixar seu filho. Eu prefiro ganhar cem reais por mês e ficar com minha família. É escolha. Isso não quer dizer que eu não tenha competência. Não quer dizer que eu não possa “estar lá”.

Aqui fica um exemplo do mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como natural - ou ainda, como uma escolha individual¹¹ - as representações ou ideias sociais dominantes. Fica explícito nesta fala o reconhecimento de que as condições concretas em que as mulheres se encontram, no que se refere à política institucionalizada, são interpretadas como naturais, por ser uma escolha que a mulher faz, e não uma limitação externa à sua livre e consciente escolha. Percebemos o peso das estruturas sociais que agem ao longo do processo de socialização no sentido de moldar as mentes e as expressões dos agentes

¹¹ Ideia de responsabilidade individual disseminada pelo sistema neoliberal que defende que as oportunidades estão aí para todos da mesma maneira, alguns obtém êxito por mérito próprio e os demais permanecem como estão por escolha ou por não se esforçarem o suficiente.

submetidos a tais estruturas, no caso a relação das mulheres com o campo de poder político. Neste sentido, temos a fala de uma participante do grupo focal composto por jovens, que reflete sobre a participação feminina na militância política:

Patrícia: Então retomando a questão de que se as mulheres são piores dirigentes que os homens. Eu até acredito que às vezes sim. Mas aí que tá, é uma questão histórica. Às vezes, a gente está numa atuação política e tem dificuldade de lidar com as mulheres, as mulheres no geral têm menos familiaridade com a questão política. Só que isso também é uma construção social, então eu sempre faço essa reflexão, porque, até brinco com os meninos, que a gente precisa trazer mais meninas e precisa ter mais cuidado. Porque na militância as mulheres morrem na praia, elas começam a militar aí tem outras atribuições, elas tem muito mais responsabilidade com a casa, muito mais responsabilidades com relação a filho, é a cobrança social de que ela tem algumas tarefas. E aí a militância, a atuação política, a administração, isso tudo se torna algo que é secundário na vida da mulher. Então muitas vezes existe isso, mas obviamente, claro que eu acredito que não seja algo que é natural né porque, nada que é humano é natural, tudo é uma construção social mesmo.

Assim como no trecho citado acima, percebemos em outros trechos das discussões, exemplos de quando a mulher internaliza e valida os papéis socialmente determinados para homens e mulheres, como aparece na fala abaixo de uma das participantes do grupo focal de mulheres:

Izabel: Eu nunca vou querer ser igual a um homem. Eu tenho cargo de comando num universo extremamente masculino [...] Homem é homem e mulher é mulher. E aí são particularidades, que o homem tem, de objetividade, de enxergar focado e nós, enquanto mulheres, de olharmos as coisas de uma forma extremamente aberta. E a condição de mãe, Vânia, quando você tiver seu bebê, ela é muito ímpar.

Percebemos expresso na fala desta participante, a associação que a mesma faz entre cargos de poder e um “universo masculino”. Mais do que isso, vemos a reprodução da ideia, socialmente aceita, daquilo que vem a ser um atributo masculino e daquilo que vem a ser um atributo feminino, reforçando um processo de socialização ao qual esta participante foi submetida. Um processo que por diversas vezes naturaliza as desigualdades entre homens e mulheres. Outro aspecto relevante nesta fala está no status diferenciado que a mulher possui ao se tornar mãe, mostrando que esta condição lhe dá uma autoridade sob certos aspectos que as mulheres que não são mães não possuíam. O que acaba corroborando para justificar a reduzida presença das mulheres nos espaços decisórios devido ao papel de mãe e cuidadora delegado a elas.

2.2.3 Constrangimentos estruturais

Como já foi dito, a sub-representação feminina no sistema político institucionalizado não pode ser explicada completamente, apenas por uma via, pois este fenômeno só pode ser compreendido se levarmos em consideração que o mesmo possui aspectos multicausais. Sendo assim, além das causas já apontadas para a pouca presença feminina na política institucionalizada, é preciso levar em consideração que existem constrangimentos estruturais aos quais as mulheres estão submetidas para participar da política.

A menor predisposição para participar da esfera política institucional não se explica exclusivamente pela sobrecarga de trabalho, fruto de uma dupla jornada, porém, há que se reconhecer que, “os arranjos familiares tradicionais contribuem para prejudicar as mulheres nas carreiras profissionais mais competitivas” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 667). O papel social feminino, aceito tradicionalmente, mostra-se com elemento que limita e compromete o acesso e o êxito das mulheres no espaço político.

Considerando-se que são necessários certos recursos para a participação política em geral, também é necessário reconhecer que existem grupos em que seus integrantes não possuem recursos de um ou mais tipos para a participação na política. Os recursos necessários, apontados por Miguel e Birolli são: “dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos” (MIGUEL; BIROLLI, 2010, p. 667). Não apenas as mulheres, mas vários outros grupos não possuem um ou alguns destes recursos que são vistos como requisitos básicos para a participação na vida política.

Em um dos encontros do grupo de mulheres, uma das participantes conta sua trajetória em um cargo de decisão num espaço no qual predomina a presença de homens¹², em sua explanação ela aponta a importância do preparo educacional, mas é possível detectar a importância crucial que sua rede de contatos teve para o seu êxito. Vejamos a seguir:

Izabel: Eu tenho uma historia de vida com entidades. Fui colaboradora. Particpei de vários núcleos. Tenho duas faculdades na área, pós-graduação. Quer dizer, tenho uma vida. Tenho vinte anos de Maringá e vinte anos dentro do setor.

¹² Note-se que o referido cargo não conta com a eleição por meio do voto da população em geral, mas de um grupo restrito com interesses próprios, neste caso, ligados ao setor agropecuário. Um setor reconhecidamente freqüentado e dirigido, em sua ampla maioria por homens.

Aqui percebemos a importância desse histórico de atuação política e a conseqüente rede de contatos oriunda dessa atuação. Um dos principais constrangimentos materiais à participação política das mulheres, diz respeito ao tempo livre, o que vem reforçar a ideia ligada ao feminino associado com as funções domésticas, em especial com as responsabilidades ligadas à família. Deixando de nos restringir à ideia tradicional de família, em que o homem era visto como o provedor e as mulheres, confinadas no ambiente doméstico, não tinham possibilidades de desenvolver o interesse pelos assuntos da política, tomamos como referência o impacto positivo que o ingresso da mulher no mercado de trabalho teve para despertar o interesse feminino pela política. Porém, é possível a percepção de um fator de limitação ao ingresso da mulher na vida política, que consiste no fato de que sua entrada no mercado de trabalho, para reforçar o orçamento doméstico com participação nas das responsabilidades financeiras do lar, não foi acompanhada por uma redistribuição de responsabilidades domésticas. O fenômeno que conhecemos como dupla jornada torna-se um obstáculo à participação da mulher na vida política. Mesmo com as mudanças nos arranjos familiares entre as responsabilidades de homens e mulheres, o fardo das tarefas domésticas ainda recai desproporcionalmente sobre as mulheres.

As dificuldades existentes no acesso aos recursos necessários à participação política contribuem para explicar a baixa presença feminina na esfera pública. Como nos aponta Miguel e Biroli:

[...] a presença reduzida das mulheres é entendida como um indicativo de que os espaços e as posições de poder, nas democracias liberais, estão concentradas nas mãos de indivíduos com perfis próprios. As desigualdades de gênero são, assim, reveladoras de uma série de mecanismos que restringem a realização efetiva de uma política mais plural. Alguns deles incidem de maneira específica sobre as mulheres. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 672)

A ausência de mulheres no campo político é um fator de reprodução das estruturas sociais que excluem as mulheres. Sendo assim, a ausência de mulheres na política reforça o caráter “masculino” que marca esta esfera, reproduzindo as estruturas que atuam para a manutenção da exclusão. Porém, não podemos considerar que apenas com a presença de algumas mulheres no campo da política será possível garantir transformações profundas nas práticas e valores que estruturam o campo político, ou seja, é possível, mesmo com a incorporação de um contingente de mulheres em posições de destaque na política, que não ocorra uma

ruptura com o padrão de desigualdade política geral. Exemplo disso ocorre nas últimas eleições para a presidência da república no Brasil, presenciamos um fato inédito na história política do país que se refletiu também na história política das mulheres: pela primeira vez no Brasil foi eleita uma presidente mulher. Mais do que isso, pela primeira vez, a disputa pelo cargo de maior autoridade do país contou com a presença de duas candidatas com reais chances de vitória. Porém, nem mesmo esta situação proporcionou um debate mais amplo sobre a sub-representação feminina na política, nem foi suficiente para aumentar o número de mulheres eleitas para os demais cargos políticos.

A organização do campo político se dá por meio de normas e valores que legitimam hierarquias, fazendo valer compreensões específicas do que é atuar de maneira competente neste espaço. O problema não se restringe ao acesso dos indivíduos ao campo político, mas aos mecanismos que diferenciam estes mesmos indivíduos dentro do próprio campo. Dessa maneira, atuar de acordo com os padrões de comportamento legitimados permite acesso a posições mais centrais no campo. Não é porque um indivíduo acessa uma posição que lhe concede certo poder que ele terá uma influência considerável, isto porque os detentores de poder dentro deste campo não são iguais. Assim, a capacidade de influência depende da adequação do indivíduo às regras que constituem este espaço. O sistema político institucionalizado é um espaço profundamente marcado por características associadas ao masculino, em oposição, por diversas vezes, ao feminino, sem pretender aqui, qualquer tipo de reducionismo destas relações. Nesta situação a mulher fica relegada à subalternidade dentro do campo político, por “não possuir”, ou “não estar de acordo” com aquilo que se espera de alguém que pretenda exercer um cargo de poder, de decisão.

Creio que tentar compreender o fenômeno da sub-representação feminina no sistema político institucional apenas por uma via isoladamente é um esforço possível, porém, a meu ver, torna-se incompleto, visto que tal fenômeno possui aspectos multicausais, que devem ser considerados em conjunto para uma tentativa de discussão séria em torno deste fenômeno. Não se pode explicar a desigualdade entre homens e mulheres, e conseqüentemente a sub-representação feminina no sistema político institucionalizado, simplesmente pela oposição entre público e privado, ou entre natureza e cultura, para não correr o risco de dar ênfase demasiada aos aspectos biológicos ou da natureza. É preciso o cuidado para não

reduzir a relação entre público e privado, ou natural e cultural, o que poderia resultar na redução da história das relações entre homens e mulheres numa mera oposição entre feminino e masculino (PATERMAN, p. 40).

No capítulo 4, partindo da compreensão do período político como um período que envolve todo um preparo, faço a análise dos dados levantados por meio da técnica de grupos focais empreendida pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*.

Capítulo 3

Eleições presidenciais 2010: uma possibilidade de análise da sub-representação feminina na política.

3.1 Processos eleitorais e a análise das eleições presidenciais de 2010: mulheres em foco

Pensando a política como uma atividade que se circunscreve a um período, a saber, o período eleitoral (um período que não se limita apenas ao tempo destinado à campanha eleitoral, mas a todo o tempo de construção do voto) no qual conflitos, interesses e valores aparecem mais explicitamente, há uma compreensão da política como um tempo de suspensão, ou seja, um período em que algumas “subversões” do cotidiano são permitidas, e que valores que regem a prática social dos indivíduos ficam mais evidenciados, como nos mostra Palmeira

[...] o tempo da política é adequado para a explicitação de certos conflitos que em outros tempos seriam profundamente desagregadores. (PALMEIRA, 2001, p. 173)

[...] a política não é pensada como uma atividade permanente. Ela se circunscreve a um período determinado, o período eleitoral, designado sintomaticamente como o tempo da política. (HEREDIA; PALMEIRA, 2006, p. 35)

Tal compreensão possibilita uma análise das performances expressas nas falas dos agentes envolvidos no processo político durante a construção da decisão do voto.

Contudo, é importante salientar que restringir-se a apenas registrar opiniões sobre a política não é um meio eficaz para captar o processo de construção das opiniões emitidas durante o período eleitoral, especialmente no que se refere às questões ligadas ao gênero. É preciso se orientar por uma prática de análise que procure reconstruir os processos que ocorreram durante o período eleitoral e que se refletiram nas falas e na adesão dos eleitores por um/uma determinado/a candidato/a. Até porque a opinião, sobretudo a política, não se define apenas pelo discurso.

Considerar o período eleitoral e não apenas o momento da eleição, é seguir o entendimento de que, na maior parte das vezes, as pessoas associam a política ao período eleitoral, portanto, a análise não pode se limitar ao voto em si, mas é preciso empreender uma análise sobre o processo de construção deste voto. Afinal este

processo se constitui num tempo próprio para desempenhar atividades consideradas importantes pela sociedade. Para Moacir Palmeira,

[...] há incompatibilidades tópicas entre tempos... todos eles se contrapõem, cada um a seu modo, a um cotidiano que não é classificado, nesse nível, como tempo... nesse transitório está embutida a ideia de excepcionalidade. Trata-se de criar um tempo próprio para o desempenho de atividades consideradas importantes pela sociedade.” (PALMEIRA, 2001, p. 173)

Este processo de construção de um tempo próprio para desempenhar certas atividades, está carregado de vivências e experiências que os indivíduos trazem de suas relações sociais.

Tomando como ponto de partida a sub-representação feminina e a luta pelo acesso da mulher ao espaço da política institucionalizada é possível perceber mecanismos de rearranjo de posições sociais que são colocadas em ação durante a campanha eleitoral para a presidência da república de 2010, quando tivemos entre os concorrentes, a presença de duas candidatas disputando o cargo. Neste sentido, é Moacir Palmeira que nos dá uma compreensão sobre este jogo que (re) organiza e reforça as posições ocupadas pelos indivíduos nas diversas esferas sociais das quais participa. Segundo Palmeira, durante o período eleitoral,

A sociedade exhibe suas divisões. Não é casual que se trate de um período marcado por rituais e interdições. Nele, mais do que a escolha de representantes ou governantes, parece estar em jogo um rearranjo de posições sociais. (PALMEIRA, 2001, p. 172)

Ou seja, é neste período que podemos perceber de forma mais explícita mecanismos sociais que servem para manter e reproduzir posições sociais e valores que estão na base da sociedade.

Dessa maneira, a escolha pela utilização da noção de “tempo da política”, se deu porque é durante as eleições que se permitem expedientes que seriam condenados no cotidiano, mas neste período são permitidos. Como, por exemplo, falar “mal” do oponente, atitude considerada leviana no dia a dia e que é “permitida” durante o processo eleitoral. No caso específico do período eleitoral de 2010 vimos a imagem das candidatas serem exploradas nas denúncias dos oponentes para desqualificá-las como: feia, mal vestida, masculinizada, etc. E mais ainda, durante o período eleitoral, é possível perceber emergir na fala das pessoas a reprodução de mecanismos sociais responsáveis por delimitar papéis sociais aos indivíduos. No caso dos papéis de gênero, fica explícito na fala das participantes dos grupos focais, o peso que as estruturas sociais possuem no momento de delimitar a atuação das mulheres em espaços de poder, seja referente ao processo de socialização ao qual

estamos submetidas, seja em relação à ideia de público e privado associados aos gêneros masculino e feminino, respectivamente.

Neste caso, a linguagem se torna elemento central para realizarmos uma análise sobre o fenômeno da sub-representação feminina na política, pois tal análise se pauta nas falas e percepções expressas pelas participantes durante as discussões propostas aos grupos focais pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*. A centralidade da linguagem está no fato desta ser parte da cultura, como argumenta Peirano:

A consequência mais imediata dessa relação entre o enunciado verbal e o contexto da situação é que linguagem e cultura não se unem por laços isomórficos mas, sim, por meio de um vínculo entre parte e todo, isto é, a linguagem é parte da cultura. (PEIRANO, 2001, p. 28)

Neste sentido, é por meio da linguagem, numa análise das impressões, valores e ideias expressas durante o período eleitoral de 2010, que faço um levantamento sobre as percepções dos indivíduos referente a representação democrática, ou seja, sobre o que significa se sentir ou não representado por um/a candidato/a. Este é um processo que envolve a percepção do eleitorado referente à maneira como o/a candidato/a se veste, fala e outras variáveis que podem surgir. Assim é possível pensar sobre o que os indivíduos pensam sobre o terreno da política, mais especificamente, sobre a sub-representação feminina na política institucionalizada no Brasil.

No entanto, como já mencionado, apenas registrar opiniões não é suficiente para uma análise do processo político em questão, é preciso empreender uma análise na tentativa de reconstruir os processos sociais que levaram à construção destas opiniões, esta possibilidade de análise está relacionada, neste caso, à cultura e à linguagem num contexto específico de tempo e espaço.

Para tanto é preciso construir teoricamente um exemplo ideal mostrando os processos de continuidade e ruptura que os valores sociais, arraigados no imaginário e na prática dos indivíduos, desempenham para movimentar as ações destes indivíduos. Neste sentido temos as eleições, que são periódicas e acontecem seguindo certos processos comuns (continuidades), mas não são as mesmas, pois novos elementos, novas estratégias são (re) inventadas a cada novo período. Assim a linguagem pode ajudar na análise da relação entre gênero e política, pois pode revelar processos existentes no dia-a-dia e que encontram-se camuflados em meio às ações diárias e rotineiras dos indivíduos. Assim, o período eleitoral de 2010 serve

como um exemplo de situação na qual certas suspensões são permitidas, devido à excepcionalidade da presença de duas mulheres competindo para o cargo de maior poder no país.

A linguagem pode auxiliar para examinar, detectar e confrontar estruturas elementares da vida social referentes às representações feitas sobre política e gênero. Sendo assim, convém explicitar que na prática das pessoas não há separação entre o que elas dizem sobre quem são e a representação que as mesmas têm de si, tal separação é feita por nós para pensar o posicionamento dos grupos sociais envolvidos no processo político.

Saber como a população vive e percebe as eleições nos ajuda a compreender os processos que levam os indivíduos a construir suas impressões e opiniões sobre a política e sua conseqüente representação. Ao observar como as pessoas vivem e concebem as eleições, podemos perceber movimentos muito mais rebuscados do que aqueles alinhamentos explícitos feitos pelos indivíduos envolvidos no processo eleitoral.

Análises com enfoque na relação entre gênero e política, podem auxiliar nas discussões sobre a formação de uma cultura política específica que figura entre determinados grupos¹³, para tanto é preciso considerar a eficácia que as relações sociais e suas representações têm na produção da vida, ou seja, em que medida a questão da sub-representação de grupos sociais na política são compreendidas e representadas pelos sujeitos em suas falas.

Neste capítulo, analiso 11 transcrições de discussões propostas a 4 grupos focais durante as eleições presidenciais de 2010 pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*. Como já dito anteriormente, a ênfase de minha análise recai sobre a fala das mulheres à respeito da sub-representação feminina no mundo da política, num tempo e espaço específicos.

Ao me deparar com o volume e a diversidade de compreensões e percepções expressas e para responder à minha pergunta motivadora, segui um caminho parecido com o trilhado por Caldeira (1984) em sua obra *A política dos outros*. Optei por lançar um olhar às transcrições das discussões dos grupos focais mais atento a dois aspectos: 1) como cada participante vê o lugar das mulheres na sociedade e na

¹³ A ênfase dada neste trabalho recai sobre o que as mulheres expressaram nos grupos focais, não apenas o grupo focal composto exclusivamente por mulheres, mas sobre o que as mulheres expressaram em todos os grupos focais que fizeram parte de uma das etapas do projeto *Cultura política, gênero e eleições*.

vida pública e política, buscando as impressões das participantes sobre como é e como deveria ser ocupado este lugar e; 2) como a sociedade funciona em relação ao papel das mulheres.

Quanto a maneira como as participantes percebem o papel das mulheres na sociedade, observei que certas ideias recorreram em todos os grupos focais, como o acúmulo de funções que as mulheres carregam quando decidem transpor o universo privado e adentrar na vida pública. Também surgiu com muita força a compreensão de que, na prática, a responsabilidade pela família e cuidados com os filhos fica delegada, em sua grande maioria, às mulheres. O reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres, justificadas por aspectos biológicos e culturais, foram reconhecidas pelas mulheres, mas como se ocorressem de maneira mais sutil, e apontadas como pertencentes ao campo das diferenças e não das desigualdades, remetendo à ideia de que superar esta condição é uma questão de tempo e que virá conforme a sociedade se desenvolva. Já ao pensar como as participantes viam o funcionamento da sociedade em relação às mulheres, há falas que expressam as imagens que muitas mulheres trazem de uma definição nítida de papéis sociais tidos como masculinos e femininos. Neste sentido, a imagem maternal associada à mulher e sua conseqüente responsabilidade por perpetuar a espécie, arrisco dizer, em reproduzir os padrões sociais estabelecidos referentes a homens e mulheres. E ainda, a ideia de que as mulheres possuem um olhar diferenciado para questões que envolvam o cuidado com o outro. Como fica explícito na fala de uma participante do grupo focal de mulheres:

Izabel: Eu acho que essa condição de homem e mulher, é o que permite à gente ter algumas mulheres tendo sucesso de comando, porque o olhar que a gente tem pra vida, pras coisas e pra sociedade, ele é diferente. E eu não quero perder isso[...] Mas, o que me faz ser diferente é a visão biológica da maternidade, por exemplo. Eu acho que da experiência da mulher, a questão da afetividade, da forma como você trata. Uma coisa que pro homem é insignificante, você [mulher] tem um olhar diferente. Então, eu concordo com você. Eu acho que a gente vai avançar no seguinte. Cada um dentro da sua limitação. Meu marido, ele tem uma diferença significativa de idade. Mas, ontem, ele pegou meu filho, deu banho e deu comida porque eu tinha um compromisso. Aliás, essa semana inteira eu tenho um compromisso à noite. Hoje, ele deixou pronto pra levar num aniversário. Então, tem que se complementar. Eu tenho que ceder quando eu preciso enquanto mulher. Mas, hoje, o cargo fala mais alto. Então, ele vai lá e assume o comando do filho.

Mesmo reconhecendo que a mulher é capaz de assumir postos de comando, a visão de que a mulher possui determinantes biológicos que a diferencia dos

homens se mostra de maneira marcante, associando a mulher com a maternidade e com a afetividade.

Apesar de minha análise se ater àquilo que as mulheres expressaram durante as discussões, é impossível não considerar o contexto em que as entrevistas se deram, em alguns grupos houve a presença de homens, em outros de jovens, trabalhadores de ocupações populares ou com a presença exclusiva de mulheres. Nesta diversidade de contextos encontrei respostas heterogêneas, mas que não significavam, necessariamente, que eram contraditórias, ou seja, uma não excluía a outra de forma definitiva, mas, por diversas vezes, se complementavam. O que não quer dizer uma perfeita expressão de harmonia, mas sim que, em alguns aspectos, as discussões seguiam uma tendência ao consenso.

Muitas compreensões sobre a sub-representação feminina na política eram compartilhadas por homens e mulheres. Em outras ocasiões, havia certa heterogeneidade entre as mulheres na compreensão sobre determinados temas apresentados. Mas no geral, a capacidade e competência das mulheres para ocuparem postos de comando não foi colocada em dúvida, o que se ressalta são as justificativas apresentadas para explicar a sub-representação feminina, ou seja, a reduzida participação das mulheres em posições de poder, principalmente no que se refere à política institucionalizada. Os fatores apontados como responsáveis por limitar a participação das mulheres em cargos de poder iam de justificativas biológicas até a ideia de que esta condição de sub-representação era resultado de uma escolha, de uma opção das mulheres, o que, no meu entender remete à ideologia da responsabilidade individual, na qual o sujeito é responsável pelo sucesso ou fracasso de sua vida.

Em todas as justificativas apresentadas pelos/as participantes para a sub-representação feminina percebemos, com extrema força a presença de argumentos ligados à família. A importância que a família adquire na fala e na percepção dos/as participantes é recorrente, perpassando a grande parte das justificativas utilizadas pelos/as participantes para explicar a reduzida presença de mulheres nos mais variados postos que envolvem poder e comando.

Além das vertentes explicativas utilizadas como ponto de partida deste trabalho para analisar as falas dos/as participantes dos grupos focais, outras explicações surgiram, como a compreensão de que, em certa medida, fatores biológicos limitam a atuação das mulheres, lhes conferindo uma postura

diferenciada, diversa da do homem e que as levam a ocupações ligadas a atributos femininos que são vistos como naturais do sexo, o que também pode remeter à diferenciação feita entre público e privado. Também surgiu uma ideia muito recorrente na fala das mulheres, que se refere à responsabilidade individual, ou seja, de acordo com as participantes, a mulher elege prioridades em sua vida, e dentre estas prioridades a carreira não figura entre as primeiras, neste caso não por uma questão de limitações culturais, e sim por uma opção da mulher que “não quer” exercer este tipo de participação. E quando surgem falas que reconhecem que a carreira é uma das prioridades para algumas mulheres em nossa sociedade, esta escolha é vista como algo que lhe trará inúmeras dificuldades como: constituir família, ter filhos ou tempo. Coisa que não aparece como fator limitador para o homem. Nestes momentos, em que aparecem percepções sobre o que seria ou não uma prioridade das mulheres, é que surge com maior ênfase o peso que a família tem na construção do papel social das mulheres na família e, como esta prioridade dada à família limita sua atuação no espaço público.

Apesar das ideias que expressam uma compreensão de que o papel da mulher na família é um fator que limita sua participação na política institucionalizada, é esta mesma família que proporciona à mulher a possibilidade de uma participação diferenciada na política, pois, é este mesmo papel desempenhado pela mulher na família que lhe confere um diferencial positivo em relação ao homem no desempenho de atividades vistas como políticas. Este ponto positivo que o papel da mulher na família assume para o desempenho de atividades políticas se refere à um suposto olhar diferenciado que a mulher teria: 1) por acumular funções, desenvolvendo a capacidade de administrar várias situações ao mesmo tempo e, 2) pela associação feita entre o papel da mulher na família e as questões sociais ligadas ao cuidado que são conferidas à mulher.

Certos atributos, apontados pelas participantes, como sendo características das mulheres, lhe confeririam um diferencial que poderia ser utilizado como um fator positivo no momento em que elas saíssem do espaço privado e adentrassem o espaço público. Esta percepção está expressa nas seguintes falas:

Rosa: Eu acho o seguinte: desde que a mulher deixou de ser “a do lar”, porque a mulher hoje deixou de ser “a do lar”, a maioria das mulheres hoje não é “do lar”. É também do lar, ela é do lar, ela é do trabalho, ela cuida dos filhos, ela faz inúmeras coisas porque a questão é essa: a mulher sai cedo pra trabalhar e chega à noite e se ela não tem ninguém para ajudar, ela tem que dar conta da roupa

lavada, da roupa passada e da comida congelada, se for o caso. Porque ela continuou com esse papel, ela tá com duplo papel. [...]

E também:

Valéria: [...] E a mulher sai, dá conta do recado no trabalho e ainda cuida do homem que fica em casa e dos filhos. Isto existe hoje e muito! A mulher passou a ser a mantenedora, tanto na questão emocional, que é responsabilidade dela, quanto na questão [financeira]... Você tem muitas casas que são mantidas pela mulher e o marido está ficando em casa porque ele, na condição dele, na formação dele, no que ele tem hoje, ele não consegue emprego. Então, ele fica mais parado. E a mulher não. A mulher sai e ela trabalha, e ela consegue e ela dá conta...

Assim, percebemos que o papel da mulher na família é apontado como um fator que, ao mesmo tempo que limita sua participação política, lhe confere um diferencial no momento em que a mulher entra em contato com as atividades consideradas de cunho político, ou de responsabilidade dos políticos.

A ideia de que o papel que a mulher desempenha na família pode servir como um fator positivo à sua participação nas questões públicas, também figura como limitador da participação política das mulheres. A limitação atribuída ao papel da mulher na família está ligada à falta de tempo e à ideia de que a prioridade da mulher é a família. Fatores que, para as participantes, dificultariam a dedicação necessária para ocupar postos de comando, como aponta uma das participantes que compunham o grupo focal de mulheres:

Paula: Aí, eu volto naquela situação que eu falei quando começou a reunião. Se tivesse que decidir pra Paula profissional ir trabalhar lá em São Paulo e deixar a família, eu não iria. Eu preferia ganhar menos. E se a Paula tivesse que escolher ficar só em casa ou trabalhar, também não conseguiria ficar só em casa. A não ser que a mulher que fica em casa, ela tenha uma renda, ela tenha uma profissão dentro de casa. Uma costureira, uma cabeleireira, que ela corte o cabelo dentro de casa. Mas, ela tem que trabalhar, ter a profissão dela, ter a renda dela. Tem que conciliar. Agora, não quer dizer que o homem tem que chegar lá o bam-bam-bam e querer tudo na mão, não.

Mesmo afirmando que não conseguiria ficar somente em casa, a não ser que fosse possível desempenhar alguma atividade que lhe conferisse algum rendimento financeiro, a participante não se mostra disposta a priorizar a escolha por um cargo que envolvesse poder, se isso comprometesse sua convivência com a família, ou seja, numa situação em que a mesma fosse solicitada a escolher, seu papel na família prevaleceria. E mesmo quando as mulheres ocupam estes postos, elas são levadas a acumular diversas funções, o que dificulta a dedicação da mulher em seguir carreira no mundo da política, fato que não ocorre com os homens.

Segundo as participantes, o diferencial que o papel desempenhado pelas mulheres na família lhes confere, está relacionado também, em grande medida, à atributos conferidos às mulheres em relação a possuírem um olhar mais atento às questões sociais, ou pela sua capacidade de acumular funções, lhe dando capacitação para administrar os assuntos de interesse público sem isolá-los, mas em conjunto.

3.2 Família, família, família

Segundo o dicionário de Sociologia (Johnson, 1997, p. 107), família é uma instituição social, “definida pelas funções sociais que se espera que ela cumpra”, considerada ainda, como origem de um status atribuído, seja ele de raça, etnia ou gênero. Neste sentido, a análise feita das transcrições das discussões dos grupos focais revelou o peso que esta instituição possui, surgindo como uma das grandes responsáveis por delimitar e atribuir papéis e funções a homens e mulheres; não apenas no que se refere ao espaço doméstico, mas também, e com considerável força, na atuação na esfera pública que envolve poder decisório.

Algumas participantes viam o surgimento do tema família durante os debates eleitorais como uma consequência da presença de duas mulheres concorrendo à presidência, pois, segundo elas, talvez, se só os homens disputassem, o tema não ganharia tanta força. Já outras participantes não pensavam assim, observavam que o tema família sempre teve peso nas candidaturas. Segundo elas, a família é um tema reconhecidamente importante. Apesar dessas divergências sobre a causa para o surgimento do tema família com tanta visibilidade durante a campanha eleitoral de 2010, as participantes concordavam entre si sobre a importância que essa instituição possui em suas vidas e para a reprodução da sociedade e, no meu entendimento, para a reprodução de mecanismos sociais que mantêm a mulher nos limites do espaço privado, com uma tímida participação em postos de comando.

A família foi uma instituição que perpassou praticamente todas as justificativas apresentadas para explicar a ausência das mulheres nos espaços de poder. Havendo o entendimento de que o desempenho das funções, conferidas às mulheres dentro da família, requer uma dedicação (de tempo, inclusive) muito maior do que a dos homens. Assim, tomando a família como referência na compreensão da sub-representação feminina (as responsabilidades e o papel desempenhado pela mulher na família), esta constitui um fator limitador para o desempenho de funções tidas como públicas e que remetem ao exercício do poder pelas mulheres.

Como ressaltado, a família está presente na fala das participantes continuamente e perpassando as mais variadas justificativas apresentadas nas discussões sobre a sub-representação feminina. Diversas colocações foram feitas em que a família aparece associada a justificativas para a tímida presença da mulher na política, alguns exemplos são:

- A família é prioridade para a mulher;
- A família determina parte dos papéis sociais que devem ser exercidos pela mulher de acordo com os padrões de socialização em que estamos inseridos;
- A família é uma necessidade biológica das mulheres, no sentido de se tornar mãe;
- A família é um fator que, ao mesmo tempo em que limita a participação da mulher, lhe confere um diferencial positivo em sua atuação política.

Ao analisar o papel da família, apontada como um fator que delimita a participação feminina nos espaços decisórios, é possível detectar o peso que esta instituição social possui, orientando ações, comportamentos e ideias entre os membros que compõem a sociedade.

Considerando que as estruturas sociais condicionam a ação dos indivíduos, no caso da família, ela possui um papel determinante na construção de representações sobre o papel da mulher no espaço público e no espaço privado. Neste sentido, a situação de sub-representação feminina na política institucionalizada é um fenômeno que demonstra o peso que a instituição familiar possui acerca dos limites e possibilidades proporcionadas à vida das pessoas e às suas “escolhas”. No caso das mulheres, a maternidade pode ser pensada ainda, como sendo o lugar da valorização e visibilidade da mulher. Por este motivo também, detectamos a recorrência do tema maternidade na fala das participantes dos grupos focais. A maior parte dos membros de nossa sociedade se guiam pelos valores, padrões e normas que foram reproduzidos pela sua família, mesmo que exista resistência em relação à delimitação do espaço conferido à mulher (a esfera doméstica) e que haja o reconhecimento de que a mulher possui tanta capacidade e competência quanto um homem para atuar na esfera pública em cargos que envolvam poder decisório, estes não constituem fatores fortes o suficiente para que as mulheres consigam, efetivamente transpor a esfera doméstica para atuar com a mesma intensidade que um homem na esfera pública. Mesmo quando existe a participação feminina na disputa e exercício do poder na esfera pública, diversos são os mecanismos sociais que entram em ação para delimitar sua atuação ou desqualificar sua participação. O que se constitui também, num fator limitador da atuação das mulheres à questões tidas como mais voltadas ao universo feminino, como questões sociais por exemplo.

3.3 A “opção nossa” de cada dia

A ideia de escolha individual, ou seja, a seleção de prioridades é uma ideia recorrente nas falas das participantes dos grupos focais para explicar a reduzida presença feminina nos espaços de poder. O fator decisivo refere-se à responsabilidade individual das mulheres sobre sua participação, ou não, na política e em postos de poder. Tal fator oscila entre, a ideia de uma opção feita pelas mulheres, que “escolhem”¹⁴ dedicar seu tempo à família, e o entendimento de que elas se mantêm distantes do espaço político porque não têm interesse em participar da vida política do país.

A família assumiu um grande peso nas falas analisadas em diversos momentos das discussões empreendidas nos grupos focais, aparecendo como um fator decisivo em relação a questões que eram tidas como sendo escolhas individuais. Neste sentido, essa ideia de escolha individual se dava em conformidade com o papel que o indivíduo desempenharia no seio da família. Sendo assim, as decisões são tomadas tendo como prioridade a família, como demonstrado na fala abaixo:

Maria: Como a Milena disse, às vezes, as mulheres deixam de aceitar um cargo maior se precisa viajar. Se eu tivesse numa empresa e me oferecessem um cargo que exigisse que eu viajasse toda a semana, eu não aceitaria. É muito difícil, gente, para uma mulher! Eu não aceitaria porque eu acho que a minha casa sairia totalmente do contexto que ela é hoje. Então, eu sou profissional, eu trabalho, sou professora universitária, viajo bastante, mas não desta forma... Se exigisse de mim um compromisso que eu tivesse que abrir mão de alguma coisa de dentro da minha família, eu também não aceitaria, de forma alguma, mesmo que o salário fosse melhor... Eu preferiria ficar [em casa].

Ou então, quando a mesma participante reforça a ideia de prioridade dada à família como sendo uma característica feminina. Vejamos:

Maria: Eu acho que a mulher sempre prioriza a família ao trabalho...

Dessa forma, o foco recai na ideia de que as mulheres fazem uma escolha, transferindo toda a responsabilidade do êxito ou fracasso da mulher na vida pública às escolhas que elas fazem, abrindo mão da sua participação por uma suposta “falta de interesse” pelos assuntos voltados a esse mundo. E quando ocorre das mulheres

¹⁴ Em vários momentos, as mulheres apontavam esta situação como um desejo inerente à mulher, e que muitas mulheres só serão capazes de entender quando tiverem seus filhos. Para estas participantes a condição de mãe “confere um diferencial” às mulheres, pois toda escolha se pauta pela maternidade.

priorizarem o trabalho em detrimento da família, elas são muito criticadas e desvalorizadas, inclusive e talvez principalmente pelas próprias mulheres.

Assim como Maria Markus detectou entre os grupos que entrevistou, as participantes dos grupos focais do projeto do qual retiro meus dados para análise, apresentaram a compreensão de que a maioria das mulheres tentava conciliar família e carreira. Sempre apresentando os vestígios do peso que o espaço privado e tudo a que ele remetia possuía nas suas escolhas entre carreira e família, como vemos no trecho da obra de Markus a seguir:

A maioria tentava dar conta de ambas, e a experiência do sucesso era no caso em geral ligada à capacidade de fazer uma opção consciente entre perda e ganho, e estabelecer um equilíbrio pessoalmente satisfatório, ou pelo menos aceitável, entre o conceito redefinido de “maternidade” ou “dona-de-casa”, e as aspirações de carreira também redefinidas. (MARKUS, 1987, p. 113)

Mesmo imersa nos padrões culturais que contribuem de maneira inegável para desenvolver na mulher um entendimento de qual deve ser o seu papel na família, muitas participantes percebiam sua delimitada participação na política como uma questão de escolha. Havia o reconhecimento das limitações impostas às mulheres por uma variedade de fatores externos à sua vontade, mas a questão da opção não é descartada em suas percepções, pelo contrário, tem forte presença, como nos mostra uma das participantes que compunha o grupo focal composto por indivíduos que possuem ocupações de elite em Maringá:

Milena: Agora eu gostei do termo, pela primeira vez foi colocado ‘a opção’. A mulher quer estar no poder político? É um contraponto. Eu sou a favor da abertura! Mas será que está forçando? [...] porque [não se trata] de falta de histórico ou [de] experiência... [mas, se trata de:] A mulher quer?

É possível perceber como está interiorizada a questão da escolha, do “querer” ou “não querer” participar da esfera da política institucionalizada. Este tipo de entendimento verbalizado pela participante expressa a compreensão de que à mulher não faltam oportunidades históricas ou possibilidades de adquirir experiência no campo político para sua efetiva participação, mas falta vontade e interesse às mulheres em se engajarem na vida pública. Ainda neste sentido temos outras falas, como por exemplo:

Valéria: Nós temos condições de estar à frente, de sermos vereadoras de Maringá. A Valéria quer? Não, nesse momento não. Tenho condição, mas nesse momento, pra minha vida, praquilo que eu sonho, praquilo que eu quero, não! É uma opção, eu não quero.

Mais do que a ideia de responsabilidade individual, fica registrado a compreensão de que as conquistas necessárias à efetiva participação das mulheres, viriam de acordo com os avanços que ocorrem na própria sociedade e que envolvem o interesse das mulheres por tal participação. Como se dependesse de cada um, determinar o lugar que deseja ocupar neste processo. A ideia da necessidade da luta para o alcance e garantia dos direitos dá lugar à ideia de que as conquistas viriam como consequência de transformações históricas, que ocorreriam como fruto do desenvolvimento humano. Como constatamos na fala a seguir:

Izabel: O que eu acho assim. Homens e mulheres: as diferenças, as desigualdades existem, mas eu acho que nós avançamos e com o trabalho formiguinha a gente vai chegar lá... Porque eu vejo essa questão de igualdade homem mulher, eu até disse na reunião passada: eu entendo o seguinte ele tem que ser meu companheiro. A gente tem que se somar. A questão de gênero homem-mulher é muito definida. Nós temos funções diferentes biológicas. Na sociedade, historicamente, a gente tem funções diferentes, mas isso tem sido trabalhado. Avanços que vão acontecer ao longo da história. Isso vai depender da nossa geração e por aí vai. Então, eu quero entender que essas desigualdades para serem superadas elas dependem muito mais de nós do que dos outros enxergarem isso, ela vai sair da gente, essa transformação.

Apesar da própria Izabel reconhecer que qualquer mudança também dependeria das próprias mulheres, o que prevalece é a ideia de que as mudanças viriam como consequência de um processo histórico que nos levaria, naturalmente, à uma maior participação feminina nas questões ligadas ao poder. Considerou que, aliado à este processo, teríamos que respeitar uma delimitação entre os papéis de gênero.

3.4 “Pelo fato de ser mulher”

A importância de se discutir as desigualdades entre homens e mulheres foi reconhecida pelas participantes, mas foi constantemente marcada pela ideia de que, para superar a desigualdade, é preciso que a mulher aceite que existem diferenças entre homens e mulheres e que muitas dessas diferenças são naturais. De acordo com uma das participantes do grupo focal que concentrava representantes das ocupações mais populares, observamos as seguintes colocações:

Cíntia: ... Em termos de gênero, homem e mulher, com certeza houve uma evolução pra mulher nesse sentido. Tem muito a ser feito? Tem muito a ser feito! Desigualdade existe? Existe desigualdade física, existe desigualdade emocional, existe! Na minha opinião, o que a gente tem que entender é que existem as diferenças, aceitar essas diferenças e perceber que nessas diferenças existem milhões de igualdades e que [homens e mulheres] podem ser iguais. Podem ser iguais! A partir do momento em que você aceitar que você vai ser mãe e ele nunca vai saber o que é ser mãe! Eu acho, assim, no mundo animal, na vida animal, tem as diferenças! E nós somos animais de certa forma, nós temos uma diferença, nós temos que aceitar essa diferença, conviver com ela, mas não em função dessa diferença a gente fazer toda essa desigualdade....que eu acho que é diferente uma coisa da outra...

Neste sentido, diferenças biológicas atribuídas a características de cada gênero são utilizadas para justificar as diferenças entre homens e mulheres no que se refere à sua participação em espaços de poder. Na compreensão expressa por várias participantes, é preciso buscar o reconhecimento e a aceitação de tais diferenças. E mesmo com a alegação apresentada a seguir, de que um não é melhor do que o outro, a questão da responsabilidade com o cuidado com os filhos recai sobre as mulheres. O que pode constituir um fator que limita a atuação das mulheres em espaços fora do ambiente privado. Pois a dedicação e responsabilidade recaem, em sua maioria, sobre a mulher que possui o papel de mãe e que, portanto, tem condições naturais para desempenhar funções de cuidado. Vejamos a seguir:

Milena: [...] é um ponto de vista diferente, porque, biologicamente falando, a mulher não é nem melhor, nem pior, ela só é diferente, o organismo... Um exemplo: já é constatado que a mulher tem o dobro de células que distingue cor. Então qual é o problema? Se eu tenho um bebê, a mulher consegue verificar, pelo olhar, que aquela criança está mais vermelha, que o brilho dos olhos está maior... Coisa que o homem, por dificuldade [não percebe]. Se o bebê não estiver gritando, berrando e vermelho, talvez ele fale “ah, o bebê tá dormindo”, e às vezes, [o bebê] ele tá desmaiadinho. Então não é um preconceito, é um fato. Isso é um fato constatado.

Aqui percebemos um exemplo do que ocorreu em diversas ocasiões, em que as participantes recorreram a dados que podem comprovar e validar argumentos baseados nas questões biológicas. Ou então, procuraram respostas na natureza animal do ser humano, que teria como responsabilidade a perpetuação da espécie. Como observamos na fala abaixo:

Amanda: ... Existe uma coisa que eu acho que é a natureza... Nós somos responsáveis pela preservação da nossa raça. Então, nós temos coisas que eu acho que a gente não pode abrir mão. Nós temos que encontrar um equilíbrio. Eu quero ter meu filho. Eu quero cuidar do meu filho. E esse tempo é essencial. Mas, isso nunca me impediu de ser médica. Eu acho que a mulher tem que procurar balancear isso muito bem hoje em dia.

A responsabilidade pela preservação da espécie, que remete a ideia de que homem e mulher devem ocupar papéis sociais definidos por padrões biológicos, é apenas um dos argumentos baseados nas diferenças de natureza biológica entre homens e mulheres para restringir a participação feminina em espaços que estão além do espaço doméstico. Tais diferenças biológicas são utilizadas em diversas circunstâncias para limitar a atuação da mulher em espaços que não sejam aqueles conferidos a elas e socialmente reconhecidos. Argumentos baseados em diferenças biológicas entre os sexos, aparecem quando tratamos de assuntos ligados ao corpo da mulher e quando abordamos a maneira de sentir das mulheres associada a fatores biológicos que as diferenciam dos homens, como ilustrado na seguinte fala:

Amanda: Quando fala assim: “Ah, a menina e o menino”. Não é? Vou fazer de tudo para que, né? A menina, na criação... Eu acho que você pode até fazer muita coisa melhor do que já foi feito, mas existe uma diferença hormonal, existe uma diferença neurológica, tá? Que não tem como... Até tô tentando estudar neurociência, que está em voga agora. E tava estudando um pediatra que está fazendo um estudo onde ele mostra que a mãe, ela não está dando estímulo nenhum, e a criança, a menina, ela vai pra um tipo de atividade, e o menino vai pra outra. Então, ele tá tentando mostrar que o cérebro, o próprio cérebro, tem a diferença entre menino e menina.

É preciso considerar que esta justificativa foi dada referindo-se à responsabilidade da mulher sobre questões relacionadas ao aborto e suas diferentes conseqüências para homens e mulheres, porém, convém ressaltar como os aspectos biológicos estão presentes na percepção das mulheres quando elas são questionadas sobre as diferenças de sentimentos e responsabilidades entre os gêneros. Recaindo sobre as mulheres o peso da responsabilidade.

No entanto, estes aspectos biológicos, podem funcionar também para reforçar uma ideia muito difundida e bastante compartilhada de que a mulher, por questões

biológicas, possui um olhar diferenciado, ou uma capacidade diferenciada de lidar com determinadas situações, como vimos expresso na fala de uma das participantes do grupo focal de mulheres:

Izabel: ... Eu acho assim. Fui mãe com trinta e cinco anos. Com trinta e nove, quarenta, trinta e nove assumi o cargo de comando num universo masculino. Mas, o que me faz ser diferente é a visão biológica da maternidade, por exemplo. Eu acho que da experiência da mulher, a questão da afetividade, da forma como você trata. Uma coisa que pro homem é insignificante, você tem um olhar diferente.

A maternidade vista como uma situação pela qual a mulher pode entrar em contato com um entendimento diverso sobre o mundo que lhe cerca, se mostra uma característica biológica que confere às mulheres uma capacidade, também diferenciada de agir e sentir. Tornando-se um ponto de diferenciação entre as próprias mulheres, dando um status diferenciado para a mulher que tem filho e para a mulher que não tem.

Tal compreensão positiva em relação às capacidades biológicas das mulheres, que lhes conferiria um “olhar diferenciado”, é compartilhada em diversos momentos. Mesmo que não sejam reconhecidas como fatores que determinem a condição das mulheres, elas possuem considerável peso no contexto em que foram tratadas, como nos aponta a seguinte fala:

Amanda: A anatomia médica mostra isso. As ligações ‘neurônais’, o homem: ele é objetivo. Ele tá fazendo uma coisa aqui. Ele não consegue fazer isso e aquilo lá. E a mulher por anatomia, nasce e os neurônios dela permitem que ela faça uma coisa aqui, outra aqui e outra aqui.

Neste sentido, a atuação das mulheres é vista de forma positiva, pois elas são consideradas indivíduos capazes de desempenhar várias funções ao mesmo tempo por questões biológicas. Porém, se analisarmos mais detidamente, são estas mesmas questões biológicas que limitam a participação das mulheres nos espaços de poder. Como por exemplo, a necessidade de ser mãe que muitas participantes apontaram como sendo um desejo das mulheres, o que lhes trás limitações de tempo e dedicação necessárias ao desempenho de certas tarefas no espaço público.

3.5 “Homem é homem e mulher é mulher”

Os padrões culturais de socialização nos quais estamos imersos, mostram-se nas falas das participantes como um dos fatores responsáveis pela limitação imposta a muitas mulheres no que se refere à possibilidade de participação em esferas que envolvam poder. Culturalmente, certos atributos vistos como necessários e constitutivos destas esferas estão intimamente ligados a atributos tidos como masculinos, como demonstrado na tabela a seguir:

Questões culturais
Atributos associados ao gênero¹⁵

MULHERES	HOMENS
Emoção	Razão
Fragilidade	Força
Cuidado com o outro	Independência
Submissão	Valentia
Receio	Coragem

Os obstáculos existentes à presença de mulheres nos espaços decisórios não se limitam a atributos que as mulheres tenham, ou não, mas se apresentam em diversos níveis dentro do processo de socialização do indivíduo. Neste sentido, Maria Markus (1987, p. 114), ao investigar o fenômeno chamado “prevenção do sucesso” pelas mulheres, nos traz um entendimento sobre o processo que atribuiu um lugar específico às mulheres, a saber, o espaço privado. Um fenômeno que reforça os padrões de socialização que conferem a mulheres e homens certos atributos físicos, psicológicos e certas limitações espaciais. Como nos mostra Markus:

Porque a elevação da atividade econômica em esfera social pública e sua transformação em arena de sucesso socialmente reconhecido significava, ao mesmo tempo, sua separação do lar e da família, situados estes agora como domínio privado e pessoal atribuído “naturalmente” às mulheres como o único lugar “próprio” de suas atividades. Foi através desse processo que se construiu, acima de tudo, um lugar específico das mulheres (a casa), não apenas no

¹⁵ Esta tabela serve para facilitar a ilustração dos atributos associados ao masculino e feminino que foram apontados pelas participantes dos grupos focais. Sem pretender com isso, limitar as diversas possibilidades de vivências de masculinos e femininos.

sentido social, mas também no físico (espacialidade). (MARKUS, 1987, p. 114)

Neste processo, a imagem das mulheres ficou relegada ao ambiente doméstico, e suas experiências de sucesso ligadas à vida privada. Esta associação entre o espaço privado e o domínio deste pela mulher, nos ajuda a compreender porque muitas mulheres percebem como incompatíveis as atividades do espaço público com as atividades do espaço privado. Elas reconhecem que diante de certas situações em que elas precisem priorizar um ou outro, o espaço delegado à família prevalece, ou seja, se existir o risco das atividades públicas comprometerem as atividades a serem desenvolvidas no privado, estas terão prioridade. Situação que se mostra bem diferente quando pensamos no universo masculino e suas expectativas de sucesso e realização.

A família e a transmissão de valores e normas culturais vistas como responsabilidade desta instituição fica, na maior parte dos casos, sobre a responsabilidade das mulheres. Fator que limita sua participação e que se mostra como um dos mecanismos de reprodução de uma condição de submissão das mulheres. Reproduzindo também, a ideia da responsabilidade da mulher sobre os rumos da família, como vemos abaixo no trecho de uma discussão do grupo focal de trabalhadores:

Sandra: Porque o seguinte: o senhor tá falando que o homem é diferente da mulher. Mas por exemplo, nós criamos o homem pra ele ter o mesmo valor. Eu acho que a culpa dos homens machistas são das mães machistas.

Rosa: Com certeza

Sandra: Né? Porque aí a mãe...

Rosa: Nós é que geramos os monstros.

Sandra: Uns monstros, né? Você tem um casal de filhos, daí a menina se ralando lá pra arrumar tudo e o menino sentado no sofá. Daí ela grita: “o mãe, fulano não tá fazendo nada”. Daí ela [mãe] fala: “mas ele é homem”.

Nesta mesma linha de pensamento, a questão cultural possui um peso considerável na percepção das mulheres no que se refere às responsabilidades tidas como femininas. Vejamos na fala a seguir:

Maria: Eu concordo também. Eu acho que ainda existe a cultura do homem como o provedor da casa e a mulher como cuidadora da família. Essa questão da cuidadora, além de toda a licença maternidade, a licença médica, quando um filho está doente, ela pega uma licença de uns 15 dias. A gente sente isso no serviço, e até dentro da universidade, a dificuldade das faltas das mulheres, das mães. Então, ela é sempre a cuidadora, cuidadora familiar, cuidadora do filho...

A ideia acima apresentada, da mulher como a “cuidadora”, aquela que concilia trabalho e cuidados com a família, priorizando seu papel de mãe, nos remete à idéia que está na base do que Miguel (2001) chama de “política do desvelo”. O autor demonstra uma ideia adotada por muitos movimentos feministas para reivindicar em estatuto diferenciado para as mulheres, tal ideia tem como base a realização de uma nova política, desinteressada e altruísta, decorrência dos padrões de socialização que estimulam a mulher ao cuidado com os fracos. Nesta chamada “política do desvelo” o reconhecimento de uma diferença moral entre homens e mulheres, resultaria numa diferença de interesses e ações. Esta ideia se encontra em diversas falas durante as discussões propostas aos grupos focais, como vemos abaixo, em trecho da discussão no grupo focal de mulheres:

Izabel: [...] Eu nunca vou querer ser igual a um homem. Mas, eu acho que a característica da mulher, ela não pode [perder]. É assim. Homem é homem e mulher é mulher. E aí são particularidades! Que o homem tem, de objetividade, de enxergar focado e nós enquanto mulheres de olharmos as coisas de uma forma extremamente aberta. E a condição de mãe, Vânia, quando você tiver seu bebê, ela é muito ímpar.

Aqui observamos como ocorre uma destituição de autoridade da participante Vânia, por parte de uma das participantes, dada pelo fato dela não ser mãe. Como se por esta razão, ela não fosse como as outras participantes mães, afinal não poderia compreender adequadamente o universo feminino. Ainda sobre a existência de uma diferença moral que haveria entre homens e mulheres, temos a fala de outra participante do grupo focal de mulheres, que considera:

Viviane: [...] Eu tenho dúvida se isso é questão de gênero ou não, mas, a mulher realmente, ela tem muito mais essa coisa do carinho, essa coisa da sensibilidade, de olhar pro outro. O homem não desenvolveu muito isso. Talvez porque não permitiram que ele desenvolvesse.

Esta percepção de que a mulher traria consigo um olhar diferenciado que lhe conferiria uma capacidade também diferenciada de atuar na esfera política, está na base de muitas ações que apóiam a participação da mulher na política institucionalizada, pois com a vinda da mulher para o espaço público viria também, uma postura mais solidária para a política. O papel da mãe se estenderia para todas as atividades realizadas pelas mulheres, remetendo à dedicação que as mulheres teriam com o outro, como constatamos na fala de uma das participantes do grupo focal de proletários.

Rosa: Eu acho que a mulher, na verdade, para mim, no meu entender, é a primeira política. Porque é a mulher que administra o

lar, é a mulher que administra os conflitos em casa. É a maioria das mulheres que apaziguam, por exemplo, o irmão briga, ou o marido briga com o filho, ou o irmão, o filho briga com o vizinho, o filho briga na escola. Quem é que vai lá tentar ajeitar as coisas? Quem é que faz os conchavos políticos? Quem é que faz as alianças? Quem que conversa? É a mulher! Quer dizer, a política, na verdade, a política em si, quem começa a fazer dentro de casa é a mulher. O que, que ela tem que fazer? Ela só tem que estender [essa política que ela faz dentro de casa para a política que se faz fora de casa].

Tal compreensão do papel que a mulher exerceria na política, numa atuação diplomática, desinteressada e, me atrevo a dizer, mais voltada às questões sociais, acaba por reforçar a ideia de que às mulheres fica conferido um determinado tipo de pensamento e comportamento que lhes relega à uma atuação que fica, em muitos momentos delimitada a atributos ligados à ideia de feminino. Porém, Miguel (2001, p. 261) nos aponta que “Os exemplos contrários são numerosos e tudo indica que, para o bem ou para o mal, mulheres e homens podem exercer o poder da mesma maneira.” Assim sendo, devemos pensar a atuação feminina não como limitada, mas como uma outra possibilidade, até porque a ideia de uma participação e atuação completamente limitada segue uma lógica masculina. E não podemos negar as diversas atuações femininas em espaços decisórios.

O discurso da “política do desvelo” traz uma ideia de política maternal, que reforça hierarquias e eterniza a divisão do trabalho político entre homens e mulheres, naturalizando a ideia de que as mulheres possuem características associadas ao zelo com os demais. Processo que mantém a subalternidade da mulher “mascarada por um véu de ‘superioridade moral’”, negando que a mulher possa possuir interesses que vão além do cuidado. Com base nestes pressupostos associados às mulheres, Luiz Felipe Miguel (MIGUEL, 2001, p. 261) nos aponta que “Se é assim, não há sentido em cobrar dos homens a sua parcela de responsabilidade na educação das crianças ou, de forma mais geral, para com as gerações futuras.”

Um dos efeitos que esta ideia causa é a naturalização dos papéis sociais de homens e mulheres que vem perpetuar a condição de subordinação das mulheres na política. Esta subordinação limita a atuação efetiva da mulher na vida pública, conforme a associação feita da mulher com fatores que lhe conferem reconhecimento para apenas um tipo de atuação na política, que se caracteriza pela ausência de interesses, a não ser que estejam relacionados com o cuidado com aqueles que a cercam.

Considerações Finais

O cotidiano dos indivíduos não visa construir sistemas explicativos como somos inúmeras vezes tentados a acreditar, a prática cotidiana das pessoas está perpassada pelos inúmeros aspectos de sua vida social. Talvez por isso, mesmo depois de longa análise das transcrições de horas e horas de discussões e das várias leituras empreendidas, chego ao final deste trabalho com a sensação de que algo ficou por fazer. Porém, creio que esta sensação é o fechamento mais adequado no caso deste trabalho. A sensação de que há uma porta entreaberta é um dos motores da pesquisa científica. Desconfio dos finalmentes e das conclusões dadas como prontas e acabadas, tenho a impressão que o verdadeiro conhecimento só se dá por caminhos que não visam um ponto final, mas que proporcionam inúmeras possibilidades para pesquisas futuras. Nenhum trabalho científico pode pretender encontrar um fim em si mesmo, afinal, considerando que os indivíduos permanecem num contínuo estado de transformação e, que o objeto de análise nas ciências sociais é o comportamento social destes mesmos indivíduos se torna impossível pretender chegar a uma conclusão final que não abra possibilidades para desdobramentos futuros.

Durante a análise feita das transcrições das discussões empreendidas pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*, foi possível perceber, nas falas das mulheres que participaram dos grupos focais, que mesmo reconhecendo a capacidade feminina para participar dos espaços de decisão, em especial do campo da política institucionalizada, ainda existem limitações impostas a esta participação, indo de aspectos ligados à função delegada às mulheres dentro da família até a ideia de um espaço específico para cada gênero. No momento em que estas mulheres decidem transpor o espaço privado e adentrar o espaço público, percebemos o peso que as funções delegadas a elas na família possui, constituindo um dos fatores determinantes para a reduzida presença de mulheres nos espaços decisórios da vida pública. Outro aspecto relevante é a associação feita entre os espaços público e privado com características ligadas aos homens e às mulheres respectivamente, características definidas de acordo com o papel a ser desempenhado por cada um dos sexos. No caso da política institucionalizada, por ser um espaço público, suas características estão muito mais associadas ao masculino do que ao feminino. Mesmo a participação das mulheres nos espaços

públicos que envolvem processos decisórios, quando ocorre, é vista como uma ação que reitera ideias mais tradicionais sobre a participação feminina, reforçando características associadas ao universo feminino, como o cuidado com o outro, a fragilidade, sensibilidade à questões sociais, etc., e que acabam por reproduzir preconceitos em relação à ação política das mulheres, limitando sua atuação mesmo que ela já esteja participando do campo da política.

Também foi possível constatar, por meio das falas das participantes, o reconhecimento de que a mulher, por ser mulher, possuiria uma visão diferenciada no que se refere a cargos que envolvessem poder. O papel que lhe é delegado na sociedade, bem como sua função como mulher - seja biológica, seja cultural – impõe limites à sua participação e, ao mesmo tempo lhe abre possibilidades para atuar efetivamente na política institucionalizada. Em muitas ocasiões, características atribuídas às mulheres são utilizadas para validar sua participação política, como se isso garantisse uma atuação mais voltada a aspectos como o cuidado com o outro, por exemplo. Fator que limita sua atuação mesmo quando esta se encontra incorporada aos sistemas de representação.

Compartilho da ideia de Young sobre a existência de uma perspectiva compartilhada entre indivíduos posicionados de forma semelhante na sociedade e que, por este motivo devem ter aspectos de sua vivência representados pelos sistemas de representação. Segundo Young:

Os sistemas de representação política não podem fazer que os indivíduos estejam presentes em suas individualidades: devem representar aspectos da experiência de vida, da identidade, das crenças ou atividades mediante os quais uma pessoa tem afinidade com outras. (YOUNG, 2006, p. 157)

De modo mais abrangente, um dos aspectos mais importantes é considerar os grupos sociais sem se pautar numa lógica que trate os sujeitos sob certos atributos comuns a todos os seus membros, como indivíduos que possuem uma identidade, mas sim a partir de uma lógica relacional, em que os indivíduos seriam compreendidos de acordo com seu posicionamento nas estruturas dos grupos sociais, considerando que este posicionamento não definiria nenhum tipo de afirmação identitária. A noção de perspectiva compartilhada, apresentada por Young, se confirma em relação aos fatores apontados pelas participantes dos grupos focais, das diferentes classes sociais e idades, como limitantes à atuação feminina na esfera da política institucionalizada, bem como nos espaços públicos de poder. Porém, mesmo que estas ideias a respeito da sub-representação feminina na

política institucionalizada apareçam compartilhadas entre as participantes das discussões propostas pelo projeto *Cultura política, gênero e eleições*, elas não foram suficientes para engendrar as condições necessárias para que as participantes se pautassem em aspectos ligados ao gênero no momento de construção de sua escolha por um ou outro candidato. Ou seja, esta perspectiva compartilhada não se mostrou um fator preponderante, capaz de construir uma perspectiva no momento da escolha de um representante do mesmo gênero, demonstrando que para as participantes, o fato de ser mulher não determina o voto em um candidato do gênero feminino. As participantes não consideram que, pelo fato de ser mulher, uma representante teria maiores possibilidades de representar os interesses das mulheres como um grupo social por partilhar experiências e vivências sociais semelhantes, devido a sua condição social de gênero.

A partir das suas posições sociais as pessoas têm compreensões diferenciadas dos eventos sociais e de suas conseqüências, porém, compartilhar uma visão comum para explicar a sub-representação feminina na política institucionalizada e reconhecer que a reduzida participação feminina na política é fruto de fatores que envolvem: responsabilidade individual, o papel da família, o peso dos padrões sociais, etc, não foi suficiente para que as mulheres construíssem uma perspectiva compartilhada em relação à construção do voto em uma mulher. Como nos aponta Young,

Em virtude de seus posicionamentos sociais, os membros dos grupos estruturalmente diferenciados frequentemente têm compreensões diferentes acerca das causas dos problemas e conflitos e dos possíveis efeitos das soluções propostas. (YOUNG, 2006, p. 175)

Condicionantes como a família, o papel das mulheres na família, a ideia de responsabilidade individual e os processos de socialização, me parecem entendimentos compartilhados pelas mulheres e que justificam as limitações à sua participação nos campos que envolvem poder decisório. No entanto, mesmo com o reconhecimento de tais limitações em relação ao acesso ao poder, esta constatação não é vista como fruto das desigualdades estruturais entre homens e mulheres, e que devem ser superadas com a definição de estratégias de combate às desigualdades entre os gêneros ou com algum tipo de mobilização por parte das mulheres, visando o enfrentamento e superação da condição de subalternidade do gênero feminino.

Pelo contrário, este reconhecimento das limitações enfrentadas pelas mulheres à sua participação nos espaços de poder é visto como um fenômeno que será “naturalmente” superado de acordo com as mudanças sociais que serão proporcionadas em decorrência da conquista de outros direitos sociais, sem a necessidade de uma ação específica.

Porém, sabe-se que as mulheres em nossa sociedade constituem um grupo que está sujeito a desigualdades estruturais, por esta razão, discussões sobre representação por demandas específicas são importantes iniciativas no sentido de garantir a representação das demandas femininas e possibilitar o acesso das mulheres aos espaços decisórios em nossa sociedade. Novamente, convém deixar registrado que este trabalho visou contribuir para as discussões sobre a sub-representação de grupos excluídos dos espaços decisórios, em especial no que se refere à sub-representação feminina na política institucionalizada. As demandas por representação especial de grupos se mostram válidas, uma vez que, medidas que proporcionam a participação de grupos historicamente excluídos do poder, podem tornar-se uma das melhores formas de dar voz a muitas questões injustamente excluídas dos interesses, preocupações e práticas dos grupos que têm acesso ao poder decisório. Neste sentido, as práticas voltadas à representação de grupos, constituem, como diria Young, em um “importante instrumento de inclusão política”. (YOUNG, 2006, p. 142)

É de extrema importância garantir uma representação específica do gênero que possui menor representatividade na política, que vise dar visibilidade e atendimento às suas demandas específicas. Neste sentido, a presença de uma mulher ocupando o cargo majoritário em nosso país se constitui numa significativa conquista em relação à participação feminina. Ainda que esta participação seja tímida, se considerarmos a porcentagem de mulheres que ocupam cargos políticos no geral, a conquista de um cargo majoritário é um considerável avanço para a participação política das mulheres e para a garantia de direitos, pois a luta se dá, sobretudo, em um terreno que é simbólico.

Referências Bibliográficas

BARBOUR, Rosaline. Grupos focais. DUARTE, Marcelo F. Porto Alegre: Artemed, 2009. Coleção Pesquisa Qualitativa.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(3): 336 set./ dez., p. 253-678, 2010.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. AGUIAR, Renato (trad), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Teresa pires do Rio. A política dos outros. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOLDIM, Sônia Maria Guedes; VEIGA, Luciana. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. *Opinião Pública*, Campinas, SP, vol. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

GOLDMAN, Marcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. IN: GOLDMAN, Marcio. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 1999.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; PALEMIRA, Moacir. O Voto como Adesão. IN: *Teoria e Cultura: Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF/ Universidade Federal de Juiz de Fora*, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Centro de Pesquisas Sociais, vol. 1, n. 1, p. 35-58, 2006.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia. Guia prático da linguagem sociológica. JUNGMANN, Ruy (trad), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARKUS, Maria. Submissão, Êxito e Sociedade Civil: Submissão a ou subversão do princípio de realização. IN: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (coord.). *Feminismo como crítica da modernidade*. CAIXEIRO, Nathanael da Costa (trad), Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 66-120.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". *Estudos Feministas*, v. 2, nº 1, 2º semestre, p. 253-267, 2001.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. IN: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). *Política no Brasil. Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2006.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. IN: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2001.

PATERMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia público/privado. IN CASTELLS, Carme (org.). *Perspectivas feministas em teoria política*. México: Paidós, p. 31-52.

PEIRANO, Mariza. A análise antropológica de rituais. IN: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Antonio Ozaí da. Reflexões sobre intolerância. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 37, junho, 2004.

YOUNG, Íris Marion. Representação política, identidade e minorias. São Paulo: *Lua Nova*. 67: 139-190, 2006.